

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Lojas Quero-Quero S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Lojas Quero-Quero S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lojas Quero - Quero S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de Receita

Conforme divulgado na nota explicativa nº 26 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, uma parte substancial das receitas da Companhia está relacionada às atividades de negócio de varejo, serviços financeiros e cartões de crédito. As receitas de varejo correspondem às vendas de mercadorias nas lojas e são compostas por um grande volume de transações descentralizadas e de pequeno valor, que são reconhecidas no momento da entrega das mercadorias ao cliente. As receitas de serviços financeiros são originadas da venda de produtos financeiros de empresas parceiras, nas quais a Companhia recebe comissões. Já as receitas de cartões de crédito são compostas pela taxa de administração cobrada das empresas conveniadas, com base nos valores transacionados com os cartões de crédito, e pela receita de anuidade cobrada dos usuários do cartão de crédito. A receita de serviços financeiros e de cartões de créditos é reconhecida manualmente pelo departamento contábil no encerramento do mês. Devido ao alto grau de informatização do processo de reconhecimento de receita de varejo, ao grande volume de itens faturados, à relevância dos controles associados ao processo de faturamento e mensuração das receitas de serviços financeiros e de cartões de crédito, bem como à representatividade dessas receitas no conjunto das demonstrações financeiras, consideramos essa área relevante para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento do processo de vendas na Controladora e controladas, incluindo o momento de reconhecimento das receitas e dos respectivos contas a receber; (b) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecida pela Companhia, de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia; (c) conciliação dos saldos de receita bruta com os relatórios auxiliares de faturamento; (d) análise de operações de vendas que ocorreram antes ou depois do encerramento do exercício, de modo a garantir que a receita tenha sido reconhecida na competência adequada; (e) avaliação dos lançamentos manuais efetuados diretamente no sistema contábil; (f) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme divulgado na nota explicativa nº 12, a Companhia e suas controladas possuem ativo fiscal diferido nos montantes de R\$204.058 mil e R\$212.403 mil (R\$204.084 mil e R\$208.741 mil em 31 de dezembro de 2024) na controladora e no consolidado respectivamente, reconhecidos sobre prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias dedutíveis. A análise da realização do ativo fiscal diferido é significativa para nossa auditoria em função da magnitude dos montantes registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e também pela complexidade e subjetividade envolvidas no processo de preparação e revisão das projeções de resultados futuros que suportam a realização do ativo fiscal diferido. Estas projeções são elaboradas com base em premissas que são afetadas por expectativas futuras em relação as condições econômicas e de mercado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria consistiram, entre outros: (a) revisão das projeções de resultados futuros com base no plano de negócios preparado pela Administração, incluindo a avaliação das principais premissas e da metodologia utilizada; (b) revisão das bases de cálculo do ativo fiscal diferido; (c) análise das divulgações

realizadas na nota explicativa 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Estes procedimentos foram realizados com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo fiscal diferido, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na elaboração das projeções que suportam a análise de realização do ativo fiscal diferido, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo,

quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 03 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Arthur Ramos Arruda
Contador CRC-RS096102/O-0

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 apresentou uma alta volatilidade na demanda diante de um ambiente desafiador para o varejo, marcado por menor dinamismo no consumo e um cenário mais promocional. Mantivemos nossa disciplina financeira e foco no fluxo de caixa, enquanto seguimos investindo no fortalecimento das operações e, moderadamente, na expansão da Companhia. Encerramos o ano com um total de 586 lojas, após a inauguração de 21 unidades e a ampliação de nossa presença nas regiões Sul e Centro-Oeste.

Começamos o ano seguindo uma tendência positiva de crescimento de vendas – iniciada com a estabilização dos volumes (número de tickets) ao final de 2022 e seguida por um aumento progressivo dos preços (ticket médio) ao longo de 2024 –, o que resultou em um forte desempenho no 1T25. Porém, após alguns trimestres de retomada do crescimento de Vendas Mesmas Lojas (SSS), observamos uma desaceleração da demanda ao longo do 2T25 e um ambiente mais promocional. Esse cenário persistiu no 3T25, com uma redução adicional na demanda entre os meses de agosto e setembro, possivelmente impactada pela alta na taxa de juros e seus reflexos macroeconômicos, somada a uma forte base de comparação em 2024, que havia sido impulsionada pela demanda decorrente das graves enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul no ano anterior.

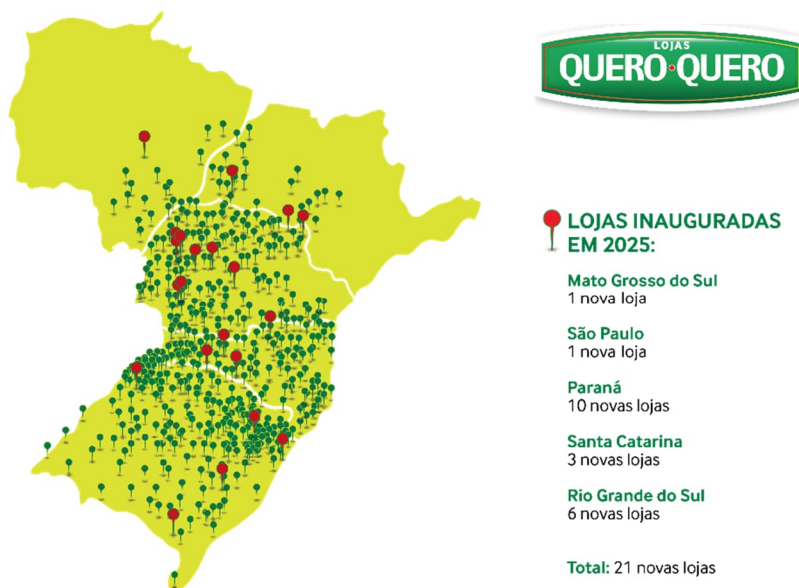
Considerando o cenário vigente, optamos por reforçar o atendimento e a proposta de valor aos nossos clientes, com o objetivo de ganhar mercado mesmo em um ambiente adverso. Assim, obtivemos uma recuperação gradual e sequencial de vendas, permitindo chegar no 4T25 com desempenho de SSS superior aos dois trimestres anteriores e encerrar o ano em um patamar que permite planejar um 2026 de crescimento operacional.

Mesmo em um cenário nacional de crescimento do endividamento das famílias, a inadimplência permaneceu controlada, com o índice de atraso acima de 90 dias alinhado ao histórico da Companhia. Isso foi possível através da constante revisão dos modelos de crédito e ininterrupta operação de cobrança. A pressão sobre a margem de serviços prestados permanece, decorrente da elevação da taxa Selic e do consequente aumento no custo de capital, porém já se encontra estabilizada devido aos ajustes graduais realizados nas taxas.

Seguindo a estratégia historicamente adotada em relação à estrutura de financiamento, realizamos emissões de debêntures com prazos de 4, 5 e 6 anos, resultando no alongamento do perfil do passivo corporativo (84% das amortizações além de 2027) e na manutenção dos spreads. Concluímos em maio a emissão da 13ª série de cotas seniores do FIDC VerdeCard, totalizando R\$ 400 milhões. É importante destacar que a operação foi realizada com sucesso, mantendo o rating brAAA atribuído pela S&P Global Ratings – um reflexo da qualidade da carteira de crédito da Companhia.

2026 começa com um patamar de juros reais historicamente alto, o que impacta diretamente o custo de capital, e indiretamente, porém não menos importante, a demanda pelos nossos produtos e a oferta de crédito. No entanto, a expectativa vigente é de redução das taxas de juros, o que historicamente possui forte correlação com o aumento de vendas. Somam-se a isso fatores como o aumento da isenção do IRPF e um ano sem eventos climáticos extremos, beneficiando o setor agropecuário das pequenas e médias cidades onde atuamos. Neste caso, acreditamos estar preparados para capturar a possível melhora do mercado, junto com a maturação das lojas abertas ao longo dos últimos anos.

Seguimos firmes com a nossa estratégia de longo prazo, com foco no fluxo de caixa e em linha com o histórico da Companhia. Permanecemos orientados pelos nossos pilares estratégicos: Ganhar Mercado; Excelência em Crédito e Cobrança, Fazer Mais Com Menos, Venda Digital, e Cultura de Alto Desempenho. Confiamos que essa atuação consistente continuará impulsionando o crescimento da Companhia, mesmo diante de um cenário macroeconômico ainda desafiador para o varejo.



DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2025

Cachoeirinha, 4 de março de 2026.

RECEITA BRUTA (RBLD) CRESCE +3,8% EM 2025.

A Receita Bruta, Líquida de Devolução e Abatimentos (RBLD) cresceu 3,8% no ano de 2025, totalizando R\$ 3.172,3 milhões. O indicador Vendas Mesmas Lojas (SSS) apresentou recuo de 1,8% em 2025.

O Lucro Bruto totalizou R\$904,3 milhões no ano, queda de 2,6% frente ao ano anterior. A margem bruta (% da RBLD) foi de 28,5% no ano (-1,9p.p. vs. 2024). Essa queda é atribuída principalmente à redução da margem de serviços financeiros, devido ao aumento da taxa Selic, que impacta diretamente o custo de capital, e um ambiente concorrencial promocional no varejo decorrente de uma demanda fraca.

O EBITDA foi de R\$151,5 milhões no ano, redução de 36,1% frente a 2024. O EBITDA Ajustado pelas despesas do Plano de Opção de Compra de Ações (SOP), pelos efeitos da contabilização do IFRS-16 e itens não recorrentes registrou queda de 62,9% frente ao ano anterior, totalizando R\$34,9 milhões, impactado pela desalavancagem operacional.

DESTAQUES

Informações Consolidadas (R\$ milhões)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos	3.172,3	3.054,9	3,8%
Receita Operacional Líquida	2.788,4	2.666,3	4,6%
Lucro Bruto	904,3	928,1	(2,6%)
Margem Bruta (% ROL)	32,4%	34,8%	(2,4)p.p.
Margem Bruta (% RBLD)	28,5%	30,4%	(1,9)p.p.
Despesas Operacionais	(891,1)	(822,5)	(8,3%)
EBITDA	151,5	236,9	(36,1%)
Margem EBITDA (% ROL)	5,4%	8,9%	(3,5)p.p.
Margem EBITDA (% RBLD)	4,8%	7,8%	(3,0)p.p.
EBITDA Ajustado ¹	34,9	94,1	(62,9%)
Margem EBITDA Ajustado (% ROL)	1,3%	3,5%	(2,3)p.p.
Margem EBITDA Ajustado (% RBLD)	1,1%	3,1%	(2,0)p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido	(161,9)	0,1	N/A
Margem Líquida (% ROL)	(5,8%)	0,0%	(5,8)p.p.
Margem Líquida (% RBLD)	(5,1%)	0,0%	(5,1)p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado ²	(95,2)	(18,1)	(425,0%)
Margem Líquida Ajustada (% ROL)	(3,4%)	(0,7%)	(2,7)p.p.
Margem Líquida Ajustada (% RBLD)	(3,0%)	(0,6%)	(2,4)p.p.
Crescimento de Vendas Mesmas Lojas (SSS)	(1,8%)	6,3%	

(1) EBITDA Ajustado é uma medida não contábil da Companhia que corresponde ao EBITDA acrescido de itens não-recorrentes ou não-operacionais, deduzido o impacto do IFRS16/CPC06 (R2) a partir de 2019.

(2) Lucro Líquido Ajustado é uma medida não contábil que corresponde ao Lucro Líquido acrescido de itens não-recorrentes ou não-operacionais, deduzido o impacto do IFRS16/CPC06 (R2) a partir de 2019.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADO

Demonstrações do Resultado Consolidado (R\$ milhões)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Receita Bruta Líquida de Devoluções	3.172,3	3.054,9	3,8%
Impostos	(383,9)	(388,6)	1,2%
Receita operacional líquida	2.788,4	2.666,3	4,6%
Venda de mercadorias	1.807,7	1.797,1	0,6%
Serviços prestados	980,7	869,2	12,8%
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.884,1)	(1.738,2)	(8,4%)
Lucro bruto	904,3	928,1	(2,6%)
Receitas (despesas) operacionais	(891,1)	(822,5)	(8,3%)
Vendas	(616,6)	(581,2)	(6,1%)
Administrativas e gerais	(276,3)	(267,8)	(3,2%)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	1,8	26,5	(93,2%)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido	13,2	105,7	(87,5%)
Resultado Financeiro Líquido	(167,0)	(120,9)	(38,1%)
Despesas financeiras	(243,4)	(202,8)	(20,0%)
Receitas financeiras	76,4	82,0	(6,8%)
Lucro antes do imposto de renda, e da contribuição social	(153,8)	(15,2)	(909,8%)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(8,1)	15,4	N/A
Lucro (Prejuízo) Líquido	(161,9)	0,1	N/A

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia encerrou 2025 com 586 lojas, inaugurando o total de 21 novas lojas e fechando 8 lojas ao longo do ano. Em relação a 2024, o crescimento foi de 2,3% e de 1,2% na base de lojas e na área de vendas, respectivamente.

Informações Operacionais	2025	2024	% 2025 vs 2024
Total de lojas	586	573	2,3%
Rio Grande do Sul	307	303	1,3%
Santa Catarina	88	87	1,1%
Paraná	158	152	3,9%
Mato Grosso do Sul	15	14	7,1%
São Paulo	18	17	5,9%
Área de vendas (000s m²)	385	381	1,2%

Do total de 586 lojas, 23 são no formato tradicional, 382 Mais Construção I, 145 Mais Construção II e 36 Mais Construção III. Das 586 lojas, 385 lojas (66%) possuem mais de 5 anos de operação; 157 lojas (27%) entre 2 e 5 anos; e 44 lojas (7%) com até 2 anos de operação.

DESEMPENHO FINANCEIRO

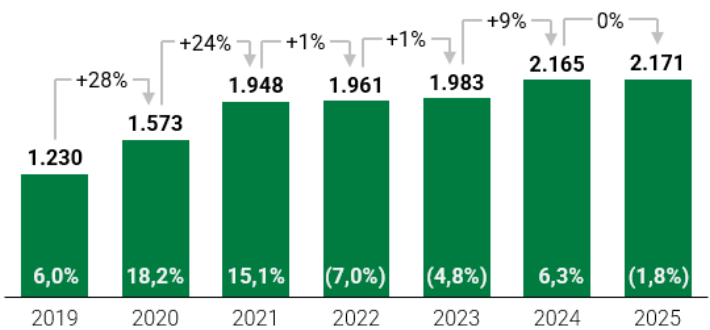
Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos (RBLD)

No acumulado do exercício, a RBLD totalizou R\$ 3.172,3 milhões, representando uma variação positiva de 3,8% frente a 2024. O crescimento de receitas teve como destaque os desempenhos de Serviços Financeiros e Cartão de Crédito.

Atividades de Negócio (R\$ milhões)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos	3.172,3	3.054,9	3,8%
Varejo	2.171,2	2.164,7	0,3%
Serviços Financeiros	893,2	797,5	12,0%
Cartão de Crédito	108,0	92,7	16,5%

A atividade de negócio de Varejo apresentou crescimento de 0,3% frente a 2024, representando 68,4% das receitas totais. As Vendas de Mesmas Lojas (SSS) apresentaram uma redução de 1,8% no ano de 2025. O desempenho reflete a desaceleração da demanda observada no segundo semestre, possivelmente impactada pela alta taxa de juros e seus impactos macroeconômicos, e a base de comparação mais forte no segundo e terceiro trimestres do ano (crescimentos de +10,3% e +10,6% de SSS em 2024, respectivamente), quando as enchentes no Rio Grande do Sul impulsionaram vendas de forma pontual.

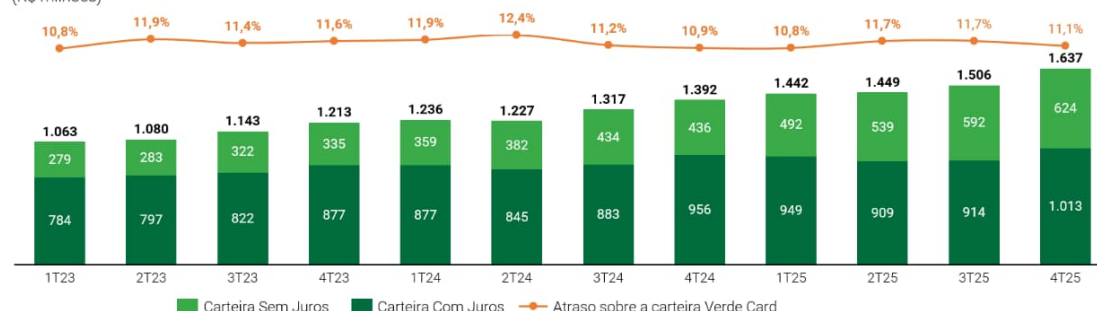
Receita de Varejo (R\$ milhões) e SSS (%)



A RBLD de Serviços Financeiros totalizou R\$ 893,2 milhões no ano de 2025, crescimento de 12,0% frente ao ano anterior. A carteira líquida com juros (originada pelos cartões VerdeCard) ao final do período foi de R\$ 1.013,1 milhões, um crescimento de 6,0% frente a 2024. O atraso sobre a Carteira VerdeCard¹ foi de 11,1% frente a um atraso de 10,9% no final de 2024. A postura conservadora da Companhia no crédito aliada às operações de cobrança, permitiram manter sob controle os indicadores de inadimplência.

¹ Carteira bruta VerdeCard com juros (FIDC e Parcerias) e sem juros em atraso maior que 90 dias dividido pela carteira bruta VerdeCard com juros (FIDC e Parcerias) e sem juros até 360 dias, posições de final do mês.

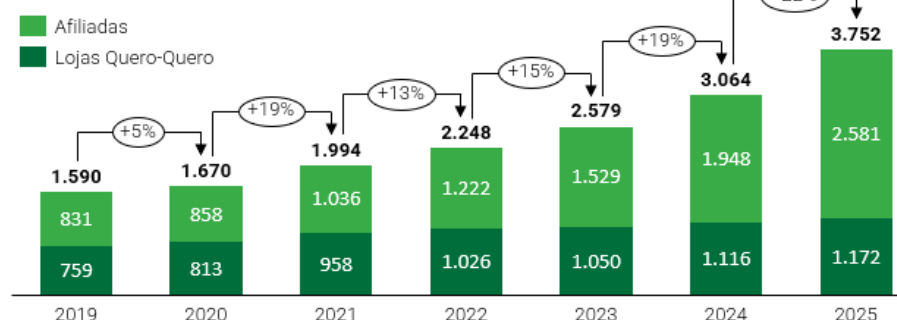
Carteira Líquida VerdeCard (R\$ milhões)



A atividade de Cartão de Crédito apresentou crescimento de receita de 16,5% no ano de 2025. O volume transacionado com o cartão Quero-Quero VerdeCard em nossas lojas (*on-us*) apresentou crescimento de 5,0% no ano de 2025 frente ao ano precedente. O volume transacionado no cartão fora da loja (*off-us*) cresceu 32,5% no ano de 2025. Esse desempenho do cartão em estabelecimentos conveniados reflete a ampliação da base de clientes ativos, combinada a uma maior frequência de uso do cartão e maior ticket médio gasto nas transações.

Volume Transacionado no Cartão VerdeCard

(R\$ milhões)



Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 2.788,4 milhões em 2025, ante R\$ 2.666,3 milhões no ano de 2024, representando um crescimento de 4,6%.

Lucro Bruto

A Companhia encerrou o ano de 2025 com um Lucro Bruto totalizado no montante de R\$ 904,3 milhões, retração de 2,6% frente a 2024.

Devido às mudanças contábeis advindas de alterações nas regras fiscais ao longo dos anos, em nossa visão, a melhor comparação de margem é através da margem bruta sobre RBLD. Nesse critério, a margem consolidada foi de 28,5% no ano de 2025, 1,9p.p. abaixo da margem bruta de 2024.

A margem bruta sobre RBLD do varejo foi de 22,4% no ano de 2025, queda de 0,7p.p. frente ao ano de 2024, em um ambiente concorrencial mais promocional.

A margem de serviços prestados sobre a RBLD atingiu 41,7% em 2025, frente a 48,0% em 2024. A compressão da margem decorre, principalmente, do maior custo de capital associado ao nível médio mais elevado da taxa Selic em 2025 em comparação a 2024. Ainda assim, observa-se

estabilização desse indicador, refletindo os ajustes graduais realizados nas taxas dos produtos que compõem a carteira.

Margens

(Em %)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Margens (% ROL)			
Margem Bruta	32,4%	34,8%	(2,4p.p.)
Margem Bruta de Venda de Mercadorias	26,9%	27,9%	(1,0p.p.)
Margem Bruta de Serviços Prestados	42,6%	49,2%	(6,5p.p.)
Margem EBITDA	5,4%	8,9%	(3,5p.p.)
Margem EBITDA Ajustado	1,3%	3,5%	(2,3p.p.)
Margem Lucro Líquido	(5,8%)	0,0%	(5,8p.p.)
Margem Líquida Ajustada	(3,4%)	(0,7%)	(2,7p.p.)
Margens (% RBLD)			
Margem Bruta ¹	28,5%	30,4%	(1,9p.p.)
Margem Bruta de Venda de Mercadorias ²	22,4%	23,1%	(0,7p.p.)
Margem Bruta de Serviços Prestados ³	41,7%	48,0%	(6,3p.p.)
Margem EBITDA	4,8%	7,8%	(3,0p.p.)
Margem EBITDA Ajustado	1,1%	3,1%	(2,0p.p.)
Margem Lucro Líquido	(5,1%)	0,0%	(5,1p.p.)
Margem Líquida Ajustada	(3,0%)	(0,6%)	(2,4p.p.)

(1) A Margem Bruta (% RBLD) = Lucro Bruto/RBLD. Utilizada para manter comparabilidade da receita devido às mudanças fiscais.

(2) Margem Bruta Venda de Mercadorias (% RBLD) = Lucro Bruto de Venda de Mercadorias/RBLD da atividade de negócios de Varejo.

(3) A Margem Bruta Serviços Prestados (% RBLD) = Lucro Bruto de Serviços Prestados / (RBLD da atividade de negócios de Serviços Financeiros + RBLD da atividade de negócios de Cartão de Crédito).

Despesas Operacionais

Em 2025, as Despesas Operacionais totalizaram R\$ 891,1 milhões, representando um aumento de 8,3% em relação ao ano anterior.

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Despesas Operacionais	(891,1)	(822,5)	(8,3%)
Despesas com vendas	(616,6)	(581,2)	(6,1%)
Despesas Gerais e Administrativas	(276,3)	(267,8)	(3,2%)
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	1,8	26,5	(93,2%)

Despesas com vendas: crescimento de 6,1% no ano. Esse desempenho é atribuído, principalmente, às despesas adicionais decorrentes da expansão orgânica (13 novas lojas em relação ao ano anterior, crescimento de 2,3%) e à inflação de despesas.

Despesas Gerais e Administrativas: crescimento de 3,2% no ano de 2025 em relação ao ano anterior, abaixo da inflação acumulada no período, resultado do trabalho interno da Companhia em conter o crescimento de despesas, mesmo diante dos efeitos da inflação e do avanço da infraestrutura de apoio à expansão.

Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas: totalizaram uma receita de R\$ 1,8 milhões no ano de 2025. As despesas de 2024 foram beneficiadas por um efeito não recorrente relacionado ao reconhecimento de R\$ 34,2 milhões em créditos tributários, vinculados à exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS/COFINS, conforme decisão favorável do STJ, e por isso não são comparáveis.

Resultado Financeiro

Em 2025, o Resultado Financeiro Líquido representou uma despesa financeira de R\$ 167,0 milhões, aumento frente à despesa de R\$ 120,9 milhões em 2024, correspondendo a um crescimento de 38,1%, refletindo o aumento do custo de capital atrelado à taxa Selic.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Resultado Financeiro Líquido	(167,0)	(120,9)	(38,1%)
Despesas Financeiras	(243,4)	(202,8)	(20,0%)
Receitas Financeiras	76,4	82,0	(6,8%)

Lucro Líquido

A Companhia registrou Prejuízo Líquido contábil de R\$ 161,9 milhões no ano de 2025. O Lucro Líquido Ajustado, excluindo o efeito do Plano de Opção de Compra de Ações, o efeito da adoção do IFRS-16, itens não recorrentes e ajustes contábeis, totalizou um prejuízo de R\$ 95,2 milhões no exercício. O resultado é impactado pelo não reconhecimento de ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal do exercício de 2025. Embora este ativo, que somou R\$ 61,4 milhões em 2025, represente um direito da Companhia, seu reconhecimento contábil será reavaliado periodicamente.

Reconciliação do Lucro Líquido Ajustado (R\$ milhões)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Lucro (Prejuízo) Líquido	(161,9)	0,1	N/A
Margem Líquida (% ROL)	(5,8%)	0,0%	(5,8)p.p.
Margem Líquida (% RBLD)	(5,1%)	0,0%	(5,1)p.p.
(+) Plano de Opção de Compra de Ações (SOP)	0,2	4,2	(96,4%)
(+) Impacto da adoção do IFRS16/CPC06	5,3	5,8	(8,8%)
(+) IRPJ/CSLL sobre prejuízo fiscal	61,4	-	-
(+) Itens não-recorrentes	-	(28,2)	100,0%
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	(95,2)	(18,1)	(425,0%)
Margem Líquida Ajustada (% ROL)	(3,4%)	(0,7%)	(2,7)p.p.
Margem Líquida Ajustada (% RBLD)	(3,0%)	(0,6%)	(2,4)p.p.

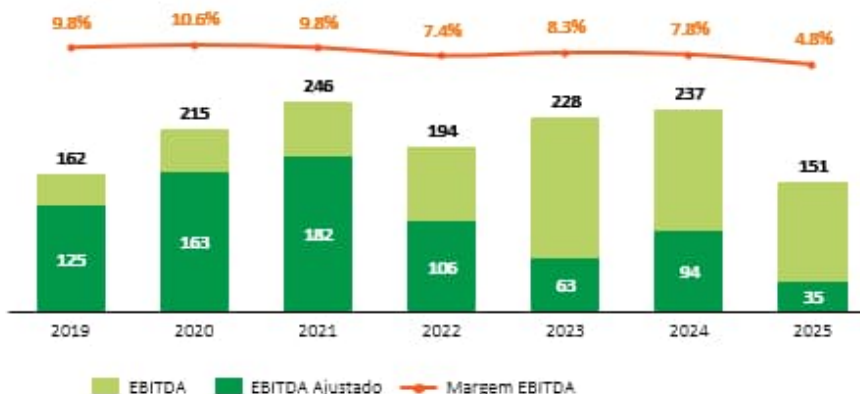
EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA totalizou R\$ 151,5 milhões no ano, uma queda de 36,1% frente a 2024. O EBITDA Ajustado pelas despesas do Plano de Opção de Compra de Ações (SOP), pelos efeitos da contabilização do IFRS-16 e por resultados não recorrentes totalizou R\$ 34,9 milhões no exercício, uma queda de 62,9% frente a 2024.

Reconciliação EBITDA e EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Lucro (Prejuízo) Líquido	(161,9)	0,1	N/A
(+) IR, CSLL	8,1	(15,4)	N/A
(+) Resultado Financeiro Líquido	167,0	120,9	38,1%
(+) Depreciação e Amortização	138,3	131,3	5,4%
(=) EBITDA	151,5	236,9	(36,1%)
Margem EBITDA (% ROL)	5,4%	8,9%	(3,5)p.p.
Margem EBITDA (% RBLD)	4,8%	7,8%	(3,0)p.p.
(+) Plano de Opção de Compra de Ações (SOP)	0,2	4,2	(96,4%)
(+) Itens não-recorrentes	4,2	(34,2)	N/A
(-) Impacto da adoção do IFRS16/CPC06	(120,9)	(112,8)	(7,2%)
(=) EBITDA Ajustado	34,9	94,1	(62,9%)
Margem EBITDA Ajustado (% ROL)	1,3%	3,5%	(2,3)p.p.
Margem EBITDA Ajustado (% RBLD)	1,1%	3,1%	(2,0)p.p.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA

(R\$ milhões)



Dívida Líquida Ajustada

Em 31 de dezembro de 2025, a Dívida Líquida Ajustada da Companhia foi de R\$ 207,1 milhões. O indicador de alavancagem financeira, Dívida Líquida Ajustada dividida pelo EBITDA dos últimos doze meses, foi de 1,4x.

Foi realizada a décima terceira emissão de cotas seniores do FIDC Verdecard, no dia 14 de maio de 2025, com prazo de 5 anos e totalizando R\$ 400 milhões, com atribuição brAAA (sf) de rating pela Standard & Poors Global Rating. Esta emissão aumentou o prazo médio das cotas e permitiu a redução do spread médio da remuneração.

Além disso, ao longo do segundo semestre de 2025, realizamos a emissão de R\$268 milhões em debêntures, com prazos de 4, 5 e 6 anos, que resultaram no alongamento do perfil do passivo corporativo e na manutenção dos spreads atuais.

Devido à sazonalidade do capital de giro, historicamente observamos um consumo de caixa no primeiro semestre e uma geração de caixa no segundo.

Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (R\$ milhões)	4T25	3T25	2T25	1T25	4T24	4T23
Empréstimos e Financiamentos	582,2	559,5	496,8	500,0	534,5	501,3
Circulante	95,3	178,1	231,2	197,0	196,1	111,3
Não Circulante	486,9	381,4	265,6	302,9	338,4	390,0
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	(599,9)	(530,9)	(624,8)	(330,5)	(653,0)	(531,6)
Caixa e equivalentes de caixa	(438,3)	(374,1)	(478,8)	(169,0)	(489,9)	(421,4)
Aplicações Financeiras	(161,6)	(156,8)	(146,0)	(161,5)	(163,1)	(110,2)
Dívida Líquida	(17,7)	28,6	(128,0)	169,4	(118,5)	(30,3)
(+) Caixa e Aplicações Financeiras FIDC	224,8	398,8	524,5	163,1	205,6	111,3
Caixa e equivalentes de caixa FIDC	67,7	247,3	378,6	1,5	42,5	11,7
Aplicações Financeiras FIDC	157,0	151,5	146,0	161,5	163,1	99,6
Dívida Líquida Ajustada	207,1	427,4	396,5	332,5	87,2	81,1
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA UDM	1,4	2,4	2,0	1,8	0,4	0,4

Investimentos

No ano, os investimentos totalizaram R\$ 49,4 milhões, redução de 4,2% frente a 2024, incluindo a abertura de 21 novas lojas, a reforma e transformações de lojas, e investimentos em logística e TI.

Investimentos (R\$ milhões)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Novas lojas	9,1	11,5	(21,0%)
Reformas e Projetos em Lojas	13,7	15,9	(13,7%)
Logística, TI e Outros	26,6	24,1	10,1%
Total Investimentos	49,4	51,5	(4,2%)

DESTAQUES ESG

A Lojas Quero-Quero reafirma seu compromisso com a sustentabilidade ao ingressar, em 2025, no ISE B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial). A inclusão, somada à participação nos índices IGCT, IGCX, IGNM e ITAG, consolida nossa estratégia ESG como pilar de longevidade e decisão responsável. Esse desempenho foi reconhecido pelo *Institutional Investor* (All-Latin Executive Team), conquistando o 2º lugar em Melhor Programa de ESG (Small Cap & Retailing).

Com quadro de 8.526 colaboradores e 1.321 promoções internas em 2025, priorizamos a formação de lideranças e a construção de um time inclusivo. Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que altera a Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.s), apresentamos os nossos indicadores de representatividade feminina e equidade salarial:

Colaboradores por nível hierárquico	31/12/2025			31/12/2024		
	Mulheres	Homens	% Mulheres	Mulheres	Homens	% Mulheres
Diretoria*	1	4	20%	1	5	17%
Gerência geral/regional	6	48	11%	10	49	17%
Gerência	224	405	36%	222	425	34%
Coordenação/Supervisão	101	91	53%	106	111	49%
Administrativo	391	329	54%	445	351	56%
Operacional	3.402	2.922	54%	3.427	3.034	53%
Estagiário	15	30	33%	18	34	35%
Aprendiz	305	251	55%	304	216	58%

Proporção da remuneração média (mulheres/homens) por nível hierárquico	2025	2024
Gerência geral/regional	1,16	1,03
Gerência	0,90	0,91
Coordenação/Supervisão	1,04	1,26
Administrativo	0,77	0,89
Operacional	0,99	0,99
Estagiário	1,00	1,00
Aprendiz	1,00	1,00

- (1) Por ser uma empresa varejista, há uma complexidade de cargos, comissões, gratificações e adicionais de tempo de serviço previstos em políticas internas. Estes não fazem distinção por gênero, mas podem impactar os números apresentados, não permitindo tirar conclusões isoladas.
- (2) Grupos sinalizados com asterisco (*) existem na empresa, porém possuem menos de três colaboradores em cada sexo, sendo desconsiderados da análise.

A Companhia permanece acompanhando esses indicadores como parte de seu compromisso com a diversidade e inclusão em suas práticas de gestão.

SOBRE A QUERO-QUERO

Companhia fundada em 1967, na cidade de Santo Cristo, interior do Rio Grande do Sul.

A Lojas Quero-Quero é a maior varejista especializada em materiais de construção do Brasil em número de lojas, totalizando 586 lojas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia oferece aos seus clientes uma solução completa em materiais de construção, complementada por eletrodomésticos e móveis. Além disso, oferece serviços financeiros através do cartão de crédito "VerdeCard".

Lojas Quero-Quero S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	173.191	257.642	438.289	489.905
Aplicações financeiras	7	4.541	-	161.586	163.107
Contas a receber de clientes	8	50.089	98.044	1.477.665	1.251.981
Estoques	10	535.669	518.113	535.669	518.113
Impostos a recuperar	11	115.163	163.209	117.355	163.422
Despesas antecipadas		7.241	9.041	5.526	8.460
Dividendos a receber	14	-	2.464	-	-
Outros créditos	13	24.395	23.892	37.274	44.854
Total ativo circulante		910.289	1.072.405	2.773.364	2.639.842
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	8	20	21	83.682	75.190
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	204.058	204.084	212.403	208.741
Impostos a recuperar	11	14.856	62.798	15.073	62.991
Depósitos judiciais		6.681	7.795	8.106	8.890
Despesas antecipadas		2.627	2.728	796	893
Outros créditos	13	3.380	-	3.380	-
FIDC Verdecard	9	290.736	246.372	-	-
Total do ativo realizável a longo prazo		522.358	523.798	323.440	356.705
Investimentos	15	112.195	102.573	4	3
Imobilizado	16	614.582	647.078	614.628	647.127
Intangível	17	25.691	26.627	59.798	58.570
Total do ativo não circulante		1.274.826	1.300.076	997.870	1.062.405
Total do ativo		2.185.115	2.372.481	3.771.234	3.702.247

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	18	457.761	451.585	457.761	451.585
Fornecedores - convênio	18	10.866	19.296	10.866	19.296
Empréstimos e financiamentos	19	95.301	196.132	95.301	196.132
Cotas seniores FIDC Verdecard	9	-	-	314.760	353.426
Passivos de arrendamento	32	82.546	78.136	82.546	78.136
Obrigações com conveniadas	31	-	-	522.078	333.432
Impostos e contribuições a recolher	22	21.917	26.838	24.372	29.310
Salários e férias a pagar		78.795	90.000	83.843	95.727
Receita diferida	23	800	8.800	1.514	9.302
Dividendos a pagar		-	21.580	-	21.580
Obrigações por repasse		16.832	23.996	16.832	23.996
Outras obrigações	24	88.790	59.003	117.928	83.007
Total do passivo circulante		853.608	975.366	1.727.801	1.694.929
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	486.858	338.390	486.858	338.390
Cotas seniores FIDC Verdecard	9	-	-	687.960	590.926
Contas a pagar por aquisição de investimento	20	31	11.642	31	11.642
Receita diferida	23	2.267	3.067	18.522	20.045
Passivos de arrendamento	32	428.294	448.781	428.294	448.781
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	21	9.121	12.336	16.832	14.635
Outras obrigações	24	-	36.902	-	36.902
Total do passivo não circulante		926.571	851.118	1.638.497	1.461.321
Patrimônio líquido					
Capital social	25	505.967	482.160	505.967	482.160
Reserva de capital	25	17.833	17.683	17.833	17.683
Reserva legal	25	-	8.218	-	8.218
Reserva de incentivos fiscais	25	22.132	22.132	22.132	22.132
Reserva de lucros	25	-	15.734	-	15.734
Prejuízos acumulados		(140.583)	-	(140.583)	-
Outros resultados abrangentes	25	(413)	70	(413)	70
Total do patrimônio líquido		404.936	545.997	404.936	545.997
Total passivo e patrimônio líquido		2.185.115	2.372.481	3.771.234	3.702.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lojas Quero-Quero S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Receita operacional líquida	26	1.875.246	1.870.682	2.788.412	2.666.330
Venda de mercadorias		1.807.730	1.797.135	1.807.730	1.797.135
Serviços prestados		67.516	73.547	980.682	869.195
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	27 e 29	(1.340.946)	(1.318.979)	(1.884.101)	(1.738.193)
Lucro bruto		534.300	551.703	904.311	928.137
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	29	(606.137)	(572.065)	(616.620)	(581.238)
Administrativas e gerais	29	(161.383)	(157.261)	(276.333)	(267.760)
Resultado da equivalência patrimonial	15	27.784	10.540	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	28 e 29	5.910	24.356	1.812	26.516
		(733.826)	(694.430)	(891.141)	(822.482)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro líquido		(199.526)	(142.727)	13.170	105.655
Resultado financeiro líquido					
Despesas financeiras	30	(249.115)	(207.236)	(243.350)	(202.837)
Receitas financeiras	30	287.940	329.057	76.372	81.950
Total do resultado financeiro líquido		38.825	121.821	(166.978)	(120.887)
Prejuízo antes do imposto de renda, e da contribuição social		(160.701)	(20.906)	(153.808)	(15.232)
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(88)	-	(8.939)	(6.885)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(1.152)	21.052	806	22.263
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(161.941)	146	(161.941)	146
Atribuível aos:					
Acionistas da controladora		(161.941)	146	(161.941)	146
Lucro (prejuízo) por ação					
Básico (reais por ação)		(0,79070)	0,00075	(0,79070)	0,00075
Diluído (reais por ação)		(0,79070)	0,00075	(0,79070)	0,00075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lojas Quero-Quero S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Itens não registrados em resultado	(483)	70	(483)	70
Hedge de fluxo de caixa	(732)	106	(732)	106
Impostos diferidos relacionados com hedge de fluxo de caixa	249	(36)	249	(36)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(161.941)	146	(161.941)	146
Total do resultado abrangente atribuível aos acionistas da Lojas Quero-Quero S.A.	(162.424)	216	(162.424)	216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lojas Quero-Quero S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital					Reserva de lucros		Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva do plano de opção de compra de ações	Gastos com emissão de ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de investimentos e expansão			
Saldos em 01 de janeiro de 2024	450.563	592	33.804	(20.902)	8.211	22.132	39.402	-	-	533.802
Aumento de capital	31.597	-	-	-	-	-	-	-	-	31.597
Plano de opção de ações	-	-	4.189	-	-	-	-	-	-	4.189
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	146	-	146
Destinação:										
Reserva legal	-	-	-	-	7	-	-	(7)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(23.772)	(35)	-	(23.807)
Reserva de investimento e expansão	-	-	-	-	-	-	104	(104)	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	70	70
Saldos em 31 de dezembro de 2024	482.160	592	37.993	(20.902)	8.218	22.132	15.734	-	70	545.997
Saldos em 01 de janeiro de 2025	482.160	592	37.993	(20.902)	8.218	22.132	15.734	-	70	545.997
Complemento perda esperada por créditos de liquidação duvidosa - Adoção inicial resolução CMN 4.966/21	-	-	-	-	-	-	-	(2.594)	-	(2.594)
Aumento de capital	23.807	-	-	-	-	-	-	-	-	23.807
Plano de opção de ações	-	-	150	-	-	-	-	-	-	150
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(161.941)	-	(161.941)
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	-	(8.218)	-	(15.734)	23.952	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	(483)	(483)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	505.967	592	38.143	(20.902)	-	22.132	-	(140.583)	(413)	404.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lojas Quero-Quero S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas explicativas	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) do exercício		(161.941)	146	(161.941)	146
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	16 e 17	134.129	127.286	138.303	131.277
Reversão créditos fiscais depreciação e amortização		5.184	4.989	5.184	4.989
Créditos fiscais passivo de arrendamento	32	2.726	2.456	2.726	2.456
Perda estimada por créditos de liquidação duvidosa		(415)	1.387	37.311	28.185
Equivalência patrimonial	15	(27.784)	(10.540)	-	-
Perda de investimentos		-	-	(1)	-
Ganho na venda e/ou custo de ativo imobilizado e intangível baixados	28	359	649	359	649
Encargos financeiros sobre contas a pagar por aquisição de investimento	20	919	1.137	919	1.137
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e mútuos	14 e 19	89.339	69.105	82.500	67.923
Ajuste a valor presente passivo de arrendamentos	32	48.419	45.891	48.419	45.891
Plano de opção de compra de ações		150	4.189	150	4.189
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	28	(3.215)	(3.968)	2.197	(5.658)
Perda estimada em estoques	10	2.730	(188)	2.730	(188)
Apropriação receita diferida		(8.800)	(211)	(9.311)	(569)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	1.152	(21.052)	(806)	(22.263)
Lucro Ajustado		82.952	221.276	148.739	258.164
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes e partes relacionadas		48.371	(26.046)	(275.811)	(218.782)
Estoques		(20.286)	(43.410)	(20.286)	(43.410)
Cotas subordinadas FIDC Verdecard		(44.364)	45.615	-	-
Créditos diversos		96.578	(23.928)	101.123	(28.230)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores e fornecedores convênio		(3.893)	74.145	(3.893)	74.145
Cotas seniores FIDC Verdecard		-	-	58.368	172.523
Obrigações com conveniadas		-	-	188.646	88.393
Impostos e contribuições a recolher		(4.921)	(4.832)	1.077	(1.439)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(8.824)	(6.015)	(11.323)
Outras obrigações e contas a pagar		(38.014)	26.404	(33.559)	33.605
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		116.423	260.400	158.389	323.646
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		(4.541)	10.583	1.521	(52.898)
Integralização de capital		-	(20.000)	-	-
Aquisição de imobilizado	16	(39.092)	(38.368)	(39.101)	(38.396)
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		327	142	327	142
Adições ao intangível	17	(2.999)	(3.333)	(9.325)	(10.593)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		15.697	5.781	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(30.608)	(45.195)	(46.578)	(101.745)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital	25	23.807	31.597	23.807	31.597
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	25	(21.580)	(28.963)	(21.580)	(28.963)
Captação de financiamentos - terceiros	19	441.622	161.912	441.622	161.912
Pagamento de juros sobre financiamentos e mútuos	19	(87.577)	(66.546)	(80.738)	(65.364)
Pagamento do valor principal de financiamentos	19	(396.479)	(131.133)	(396.479)	(131.133)
Pagamento de passivo de arrendamentos		(130.059)	(121.402)	(130.059)	(121.402)
Recebimento de recursos de partes relacionadas		113.214	69.406	-	-
Pagamento do valor principal de recursos de partes relacionadas		(113.214)	(69.406)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(170.266)	(154.535)	(163.427)	(153.353)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa					
		(84.451)	60.670	(51.616)	68.548
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	257.642	196.972	489.905	421.357
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	173.191	257.642	438.289	489.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lojas Quero-Quero S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	2.234.591	2.234.482	3.161.157	3.041.917
Outras receitas operacionais	11.104	48.856	12.432	49.785
Perda estimada por créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	415	(1.387)	(37.311)	(28.185)
Perdas com direitos creditórios	-	-	(180.233)	(148.764)
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.446.326)	(1.436.981)	(1.780.601)	(1.688.165)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(97.248)	(91.744)	(170.894)	(162.155)
Perda e recuperação de valores ativos	(2.730)	188	(2.730)	188
Valor adicionado bruto	699.806	753.414	1.001.820	1.064.621
Depreciação e amortização	(134.129)	(127.286)	(138.303)	(131.277)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	565.677	626.128	863.517	933.344
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	27.784	10.540	-	-
Receitas financeiras	287.940	329.057	76.372	81.950
Valor adicionado total a distribuir	881.401	965.725	939.889	1.015.294
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e Encargos:				
Remuneração direta	356.410	346.175	377.909	367.880
Benefícios	28.142	28.818	33.844	34.235
FGTS	32.971	29.286	35.402	31.353
	417.523	404.279	447.155	433.468
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	136.316	114.450	157.337	132.695
Estaduais	192.227	182.654	192.227	182.654
Municipais	6.117	6.016	8.872	8.390
	334.660	303.120	358.436	323.739
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	249.115	207.236	243.350	202.837
Aluguéis	24.849	23.063	26.191	24.182
Outras	17.195	27.881	26.698	30.922
	291.159	258.180	296.239	257.941
Remuneração de capitais próprios:				
Dividendos e juros sobre capital próprio	(15.568)	23.807	-	23.807
Prejuízos retidos	(146.373)	(23.661)	(161.941)	(23.661)
	(161.941)	146	(161.941)	146
Valor adicionado distribuído	881.401	965.725	939.889	1.015.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, de capital aberto desde Agosto de 2020, listada no segmento especial de Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, com símbolo de negociação LJQQ3, com sede em Cachoeirinha, na Avenida General Flores da Cunha, 1943 - RS, e tem como principais negócios o comércio varejista em geral, principalmente de materiais de construção, eletrodomésticos e móveis, além de atividades correlatas, como importação, prestação de serviços de correspondente bancário, e intermediação de venda de garantia estendida, em atividade própria ou através das sociedades controladas Quero-Quero VerdeCard Instituição de Pagamento S.A. ("Verde") e Sentinela dos Pampas - Administradora e Corretora de Seguros Ltda. ("Sentinela dos Pampas").

A Companhia tem contrato de parceria não exclusiva com instituições financeiras terceiras que são responsáveis pelo financiamento das compras parceladas com encargos realizadas pelos seus clientes, sendo remunerada por tais instituições pela utilização da base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos, além de prestação de serviços pela utilização de recursos da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira, que é também a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Base de elaboração--Continuação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas pressupondo sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram analisadas pelo Comitê de Auditoria, e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 03 de março de 2026.

2.2. Bases de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas Verde e Sentinela dos Pampas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia também consolida as demonstrações financeiras do FIDC Verdecard, uma vez que representa uma entidade de propósito específico onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais e financeiras da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as cotas subordinadas. No processo de consolidação do FIDC Verdecard, foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o FIDC Verdecard.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais

3.1. Reconhecimento de receitas

A Companhia reconhece a receita em conformidade com o IFRS 15/ CPC 47, estabelecendo um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: (1) identificação do contrato com o cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço da transação, e (5) reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, além das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste à valor presente.

A receita de vendas de mercadorias corresponde as vendas a varejo, e é reconhecida no resultado pelo seu valor justo e quando o controle inerente às mercadorias é transferido para o comprador.

A Companhia possui como principais fontes de receitas de serviços prestados a intermediação de serviços financeiros com parceiros comerciais e instituições financeiras terceiras, taxa de administração de cartões de crédito, receita de anuidade, e correspondente bancário. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado de acordo com a efetiva prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita de juros sobre ativos financeiros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia, e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro para o valor contábil líquido, na data do reconhecimento inicial desse ativo.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São demonstradas aos valores nominais, ajustados a valor presente na data do balanço, quando aplicável. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base em análise histórica da carteira de clientes, no montante da perda de crédito esperada para sua vida inteira.

As contas a receber dos titulares de cartões VerdeCard são ativos financeiros, com recebimentos fixos ou determináveis. São incluídos como ativos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço, e as parcelas excedentes aos 12 meses estão incluídos como não circulante. Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito VerdeCard. O saldo de contas a receber de clientes está registrado pelo valor original da transação ajustado a valor presente.

Os direitos creditórios do FIDC Verdecard com vencimento em até 12 meses da data do balanço, estão incluídos como circulante, e as parcelas excedentes aos 12 meses estão incluídos como não circulante. Esses montantes referem-se a financiamento de compras com encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pelas instituições financeiras terceiras e financiamento de compras sem encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pela Verde.

3.4. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de estimativa para ajustá-los aos prováveis valores de realização. As estimativas para perdas nos estoques são compostas pela perda estimada para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda.

O custo médio de aquisição inclui os custos de armazenagem e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de vendas nas lojas, deduzindo de bonificações por atingimento de metas de crescimento recebidas de fornecedores.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Bonificações

As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos acordos comerciais assinados, e registradas ao resultado na rubrica de custo das mercadorias vendidas à medida em que os correspondentes estoques são vendidos.

3.6. Imobilizado

Os saldos de imobilizado são submetidos a teste para a verificação de perda de valor ("*impairment*") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Uma perda por "*impairment*" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de sua venda, e o valor em uso.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.7. Intangível

Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de amortização acumulada.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 17 que leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens e direitos.

Ativos intangíveis referentes a desenvolvimento de software e implementação de sistemas de gestão, têm seu custo capitalizado quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão superiores ao custo, considerada sua viabilidade econômica e tecnológica, e são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. Despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas diretamente no resultado do exercício quando incorridas.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.7. Intangível--Continuação

Os saldos de intangível são submetidos a teste para a verificação de perda de valor (“*impairment*”) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de sua venda, e o valor em uso.

Para os ativos intangíveis com vida útil definida a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente se não houver indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

3.8. Fornecedores - convênio

Estas operações constituem em alternativa de suporte aos nossos fornecedores comerciais, não são realizadas de forma massificada e preservam características comerciais normais de negócio, tanto em preço como em prazos médios e, portanto, preservando a essência da transação.

3.9. Obrigações com conveniadas

Contas a pagar a estabelecimentos conveniados são passivos decorrentes de transações realizadas pelos portadores dos Cartões de Crédito VerdeCard nos estabelecimentos credenciados à instituição de pagamento. O saldo está registrado pelo valor original das transações, deduzido da taxa de administração, a qual é reconhecida no resultado no momento da transação.

3.10. Demais direitos e obrigações

Os demais direitos e obrigações, classificados no circulante e não circulante obedecem aos prazos de realização ou de exigibilidade e estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valores conhecidos e calculáveis, respectivamente, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos, variações monetárias e cambiais.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado decorrente de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando houver expectativa de recuperação de recursos utilizados na liquidação de uma provisão, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas legais vigentes, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real como permitido pela legislação.

São reconhecidos os impostos diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que sua realização seja provável.

Os impostos diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Apesar da existência de projeções internas indicando melhoria no desempenho operacional e perspectivas positivas no médio e longo prazo, o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal da Companhia relativo ao exercício de 2025 não foi reconhecido nestas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia considerou o estágio atual de prejuízos realizados em exercícios contábeis imediatamente anteriores.

3.13. Incentivos fiscais

A Companhia usufruiu de incentivos fiscais utilizados como redutores na apuração, ou no abatimento do imposto de renda e da contribuição social devidos, como gastos com inovação tecnológica, Programa Empresa Cidadã, projetos relacionados a Lei de Incentivo à Cultura, Incentivo ao Desporto, Fundo do Idoso, Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, Programa de Apoio à Atenção Oncológica, e Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Ajustes a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo são reduzidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base nas taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de contas a receber e sua realização é registrada no resultado financeiro de acordo com a fruição pelo prazo de vencimento das contas a receber.

O ajuste a valor presente das compras a prazo tem como contrapartida a conta de fornecedores e sua realização é registrada no resultado financeiro de acordo com o prazo de vencimentos de fornecedores.

3.15. Arrendamentos

A Companhia como arrendatária reconhece os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Os passivos de arrendamento correspondem aos fluxos de pagamentos futuros ajustados a valor presente, descontados por taxa de juros incrementais de empréstimos, e os ativos de direitos de uso são apresentados ao custo amortizado.

A Companhia aplica isenção de reconhecimento a (i) arrendamentos de curto prazo, ou seja, contratos com duração remanescente de até 12 meses; e (ii) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é considerado de baixo valor, ou seja, obrigações de até R\$ 24 por ano.

Na avaliação dos contratos, a Companhia identificou dois tipos de ativos de arrendamento sendo eles ativos de direito de uso referentes a aluguéis ("Direito de Uso") e arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos ("Máquinas e Equipamentos").

Os fluxos de pagamentos dos aluguéis, brutos de potenciais créditos de PIS e COFINS, foram ajustados a valor presente, considerando o prazo remanescente de cada contrato, e aplicando taxa incremental de empréstimo, obtida através de sondagens de operações com prazo e garantia semelhante junto a instituições financeiras. Em razão da diversidade de prazos de depreciação dos contratos de arrendamento, considerou-se taxas de acordo com o prazo de cada um dos contratos de arrendamentos.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.16. Plano de opção de compra de ações

Com o objetivo de alinhar os interesses de médio e longo prazos da empresa com os de seus gestores principais, a Companhia estabeleceu programa de opção de compra de ações que busca incentivar a geração de valor empresarial, compartilhando os ganhos de valor com os beneficiários do programa.

As opções de compra de ações são ofertadas aos profissionais selecionados pelo Conselho de Administração, proporcionando-lhes o direito futuro de adquirir ações da companhia sob condições e em prazos estabelecidos. O valor apurado na data da outorga das opções de ações é registrado nas demonstrações financeiras ao seu valor justo.

3.17. Receitas diferidas

As receitas diferidas são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício à medida que a prestação do serviço é efetuada.

3.18. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor criado pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.19. Instrumentos financeiros

3.19.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens são reconhecidas na data da operação.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.19. Instrumentos financeiros--Continuação

3.19.1. Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e partes relacionadas, e outras contas a receber.

Mensuração subsequente

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem a fluxos de caixa que constituam pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa;

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.19. Instrumentos financeiros--Continuação

3.19.1. Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento de ativos financeiros--Continuação

- A Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Com base no acompanhamento periódico de indicadores de risco de crédito, a Administração da Companhia não identificou fatores de aumento na perda esperada em comparação com o comportamento histórico.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.19. Instrumentos financeiros--Continuação

3.19.1. Ativos financeiros--Continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de seis meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Se, em exercício subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

3.19.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores - convênio, contas a pagar por aquisição de investimento, empréstimos e financiamentos, cotas sêniores FIDC Verdecard, passivos de arrendamento, e obrigações com conveniadas.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.19. Instrumentos financeiros--Continuação

3.19.2. Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.19.3. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

3.19. Instrumentos financeiros--Continuação

3.19.4. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia eventualmente fica exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de swaps de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros.

Nas demonstrações financeiras, a Companhia qualifica essas operações como hedge de fluxo de caixa, mensurando os instrumentos financeiros pelo valor justo. As variações de ganhos ou perdas decorrentes da mensuração do valor justo do instrumento de hedge são reconhecidas em conta de outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, sendo reclassificadas para o resultado no momento em que o item protegido afetar o resultado. A parcela inefetiva, quando aplicável, é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

Caso a relação de hedge deixe de atender ao índice de hedge, mas o objetivo de gestão de risco permanecer inalterado, a Companhia deve reequilibrar o índice de hedge para que os critérios de qualificação sejam mantidos. A descontinuidade da contabilização de hedge ocorrerá apenas quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação, considerando qualquer reequilíbrio realizado.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto ou longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas destes contratos, a companhia apresenta de forma líquida esses contratos de derivativos com o da operação original.

3.20. Apresentações de informações por segmentos

A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua e reporta suas informações ao Conselho de Administração, principal tomador de decisões, através de um único segmento operacional, sendo avaliadas as receitas obtidas pelas atividades de varejo, serviços financeiros e cartões de crédito de forma segregada, porém toda a estrutura de custos e despesas sendo controladas de forma unificada.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A aplicação das políticas contábeis exige da Administração o exercício de julgamento e a elaboração de estimativas, que levam em conta a experiência histórica e a avaliação subjetiva de riscos. Em consequência, os efeitos reais dos eventos estimados podem diferir das estimativas, exigindo sua reavaliação contínua.

Os efeitos decorrentes de revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que a revisão ocorre.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável, perda estimada por créditos de liquidação duvidosa, perda estimada de ajuste ao valor realizável dos estoques, imposto de renda diferido, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis.

5. Normas e interpretações novas e revisadas

5.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Norma IFRS S1 e IFRS S2

Norma IFRS S1 Estabelece os requisitos gerais para que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade. Essa norma prevê a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

Norma IFRS S2

Estabelece os requisitos para as empresas divulgarem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com o clima. Essa norma prevê a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos desta alteração, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Normas e interpretações novas e revisadas--Continuação

5.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas--Continuação

Norma IFRS 18

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, substituindo o IAS 1, equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras, estabelecendo novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício. As receitas e despesas devem ser classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas. A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7, equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem mudanças dentre outras no ponto de partida para fluxos de caixa pelo método indireto e remoção da opcionalidade de classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida, exceto no Brasil, e será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras.

6. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
Remuneração		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Caixa e bancos		4.357	14.088	29.025	29.923
		4.357	14.088	29.025	29.923
Equivalentes de caixa:					
Conta Corrente Remunerada	Até 12% do CDI	11.731	21.036	45.519	46.455
Conta Corrente Remunerada	100% da SELIC	-	-	33.192	-
Certificado de depósito bancário	70% a 101% do CDI	157.103	222.518	251.856	261.505
Letra Financeira do Tesouro	100% da SELIC	-	-	10.972	109.484
Operações compromissadas (a)	13,95% a.a.	-	-	67.725	42.538
		168.834	243.554	409.264	459.982
Total		173.191	257.642	438.289	489.905

(a) Refere-se a operações compromissadas realizadas pelo FIDC Verdecard, nas quais o fundo compra títulos públicos com compromisso de revenda em data futura definida, e rentabilidade definida ou parâmetro de remuneração pré-estabelecido.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Aplicações financeiras

	Remuneração	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Certificado de depósito bancário	98% do CDI	4.541	-	4.541	-
Letra financeira do tesouro	100% da SELIC	-	-	157.045	163.107
Total		4.541	-	161.586	163.107

As aplicações financeiras em certificados de depósito bancário, encontram-se vinculadas à garantia de operação de financiamento de capital de giro, conforme descrito na nota explicativa nº 19. As aplicações em letras financeiras do tesouro tem o objetivo de garantir a rentabilidade do caixa do FIDC Verdecard, não tendo, portanto, previsão de uso imediato, sendo passíveis de resgate imediato caso haja necessidade de caixa do fundo, caso contrário a aplicação deverá permanecer até seu vencimento.

8. Contas a receber de clientes e partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Cartões de crédito - próprio (VerdeCard)	21.916	56.052	-	-
Cartões de crédito - terceiros (a)	16.571	25.361	16.571	25.361
Outros créditos e financiamentos	34	57	34	57
Financiamento próprio - Lojas (b)	21.754	22.984	51.928	88.851
Financiamento próprio - Conveniados VerdeCard (c)	-	-	445.311	239.229
Direitos creditórios FIDC Verdecard (d)	-	-	1.270.381	1.150.723
Contas a receber pela exploração de produtos financeiros	823	1.848	823	1.849
	61.098	106.302	1.785.048	1.506.070
Perda estimada por créditos de liquidação duvidosa	(5.893)	(5.397)	(218.605)	(176.059)
Ajuste a valor presente	(5.096)	(2.840)	(5.096)	(2.840)
Total	50.109	98.065	1.561.347	1.327.171
Circulante				
Contas a receber de clientes	28.193	42.009	1.477.665	1.251.981
Contas a receber partes relacionadas (Nota 14)	21.896	56.035	-	-
	50.089	98.044	1.477.665	1.251.981
Não Circulante				
Contas a receber de clientes	-	4	83.682	75.190
Contas a receber partes relacionadas (Nota 14)	20	17	-	-
	20	21	83.682	75.190

(a) Refere-se aos financiamentos de compras de clientes efetuadas na rede de lojas através de cartões de crédito terceiros.

(b) Correspondem aos financiamentos de compras de clientes efetuadas na rede de lojas sem encargos contratuais. No saldo do consolidado o valor de financiamento próprio - lojas inclui os valores de financiamento pela Verde através do cartão VerdeCard referente a compras de clientes efetuadas na rede de lojas. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data destas demonstrações financeiras, que corresponde ao montante de R\$329 (R\$555 em 31 de dezembro de 2024) incluídos no ativo não circulante.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes e partes relacionadas--Continuação

- (c) Refere-se aos financiamentos de compras de clientes efetuadas na rede de estabelecimentos conveniados do cartão VerdeCard. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data destas demonstrações financeiras, que corresponde ao montante de R\$1.952 (R\$558 em 31 de dezembro de 2024) incluídos no ativo não circulante.
- (d) Refere-se aos financiamentos de compras com encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pelas instituições financeiras terceiras, e financiamento de compras sem encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pela Verde. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data destas demonstrações financeiras, que corresponde ao montante de R\$81.401 (R\$74.077 em 31 de dezembro de 2024), incluídos no ativo não circulante. A carteira de contas a receber do FIDC Verdecard é apresentada como Direitos Creditórios do FIDC Verdecard, enquanto que a estimativa de perdas desta carteira é apresentada na perda estimada por créditos de liquidação duvidosa nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Abaixo segue tabela evidenciando os montantes de recebíveis para cada faixa de vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
A vencer	52.242	94.135	1.443.199	1.204.322
Vencidos até 30 dias	1.697	5.974	85.251	82.664
Vencidos de 31 a 60 dias	458	357	44.196	37.596
Vencidos de 61 a 90 dias	472	189	31.895	27.431
Vencidos de 91 a 180 dias	859	530	71.143	59.492
Vencidos de 181 a 360 dias	312	284	104.305	87.509
Vencidos acima de 360 dias	5.058	4.833	5.059	7.056
Total	61.098	106.302	1.785.048	1.506.070

A Companhia mensura a estimativa para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada na liquidação das contas a receber. As perdas de crédito sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz com base na experiência de inadimplência passada (histórico de perdas) e considera fatores econômicos para constituir a estimativa para perdas. Para os créditos vencidos acima de 180 dias, a Companhia efetua o registro contábil de perda estimada de 100% do valor. Abaixo segue tabela evidenciando os montantes de perda estimada para cada faixa de vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
A vencer	74	40	9.095	1.545
Vencidos até 30 dias	84	42	8.500	6.336
Vencidos de 31 até 60 dias	94	33	17.250	13.415
Vencidos de 61 até 90 dias	75	25	18.051	14.659
Vencidos de 91 até 180 dias	196	140	56.345	45.539
Vencidos de 181 até 360 dias	312	284	104.305	87.509
Vencidos acima de 360 dias	5.058	4.833	5.059	7.056
Total	5.893	5.397	218.605	176.059

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes e partes relacionadas--Continuação

A concentração do risco de crédito é limitada, porque a base de clientes é pulverizada, além disso, as operações das vendas realizadas por meio do cartão de crédito VerdeCard são financiadas por instituições financeiras parceiras, conforme divulgado na nota explicativa 31.1.a.

A Companhia entende que o modelo de estimativa atualmente utilizado para mensuração de perdas esperadas é capaz de capturar os riscos de inadimplência incorridos pela Companhia pois o modelo já inclui, de forma implícita em suas estimativas, o comportamento recente do consumidor, seja em desemprego, renda, e na situação de pagamento. Portanto, não houve mudança nas técnicas de estimativa ou premissas relevantes feitas durante o período do relatório corrente.

A movimentação da perda estimada por créditos de liquidação duvidosa ocorrida no exercício foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Saldo inicial	(5.397)	(5.580)	(176.059)	(149.444)
Constituições	(496)	-	(180.127)	(175.577)
Reversões	-	183	137.581	148.962
Saldo final	(5.893)	(5.397)	(218.605)	(176.059)

Ajuste a valor presente de clientes:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Saldo no início do período	(2.840)	(3.069)
Ajuste a valor presente sobre vendas à prazo e/ou cartão parcelado	(21.896)	(14.063)
Realização do ajuste a valor presente	19.640	14.292
Saldo no final do período	(5.096)	(2.840)

A Companhia utilizou a taxa de 1,12% mensal (1,02% mensal em 31 de dezembro de 2024) para cálculo de ajuste a valor presente de contas a receber.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fundo de investimento em direitos creditórios

Em março de 2018, foram iniciadas as operações do FIDC Verdecard, cujo objeto definido em regulamento é o investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução 2.907 do Banco Central do Brasil, pela Instrução CVM 356, pelo Regulamento do Fundo e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com o objetivo principal de adquirir direitos creditórios originados das compras dos clientes do cartão VerdeCard. O FIDC Verdecard possui prazo de duração até o dia 28 de março de 2038, sendo que este prazo poderá ser estendido a critério dos Quotistas do Fundo reunidos em Assembleia Geral de Quotistas. Não obstante, as cotas serão objeto de amortizações durante o prazo de vigência do Fundo.

No dia 26 de novembro de 2024, em assembleia geral de cotistas foi aprovado, sem ressalvas, a alteração do regulamento do Fundo, para adequá-lo às disposições da Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, contemplando a alteração na razão social de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Verdecard para Verdecard Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada, além de outros aperfeiçoamentos, na forma do inteiro teor da nova versão enviada aos cotistas.

Em 14 de maio de 2025, o FIDC Verdecard procedeu com a emissão da 13ª série de cotas seniores no montante de R\$400.000, equivalente a 400.000 (quatrocentos mil) cotas seniores, com prazo de cinco anos, e desta forma a Companhia integralizou R\$100.000 em cotas subordinadas do fundo.

A estrutura de patrimônio do FIDC Verdecard, em 31 de dezembro de 2025 está assim representada:

Cotas	Remuneração	% PL do Fundo	Quantidade 31/12/25	Valor 31/12/25
Subclasse subordinadas	(*)	22,41%	452.592	290.736
Sênior - 6ª Série	CDI + 2,35% a.a.	2,14%	200.000	27.814
Sênior - 8ª Série	CDI + 1,80% a.a.	9,45%	245.000	122.652
Sênior - 9ª Série	CDI + 2,30% a.a.	6,75%	300.000	87.612
Sênior - 10ª Série	CDI + 1,60% a.a.	4,45%	90.000	57.671
Sênior - 11ª Série	CDI + 2,10% a.a.	23,92%	310.000	310.393
Sênior - 13ª Série	CDI + 1,50% a.a.	30,87%	400.000	400.489
Total			1.997.592	1.297.367

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fundo de investimento em direitos creditórios--Continuação

Cotas	Remuneração	% PL do Fundo	Quantidade 31/12/24	Valor 31/12/24
Subclasse subordinadas	(*)	20,61%	317.226	246.372
Sênior - 6ª Série	CDI + 2,35% a.a.	7,91%	200.000	94.499
Sênior - 7ª Série	CDI + 1,40% a.a.	1,15%	55.000	13.757
Sênior - 8ª Série	CDI + 1,80% a.a.	17,09%	245.000	204.274
Sênior - 9ª Série	CDI + 2,30% a.a.	19,76%	300.000	236.181
Sênior - 10ª Série	CDI + 1,60% a.a.	7,53%	90.000	90.046
Sênior - 11ª Série	CDI + 2,10% a.a.	25,95%	310.000	310.167
Total			1.517.226	1.195.296

(*) A exposição da Companhia às atividades do FIDC Verdecard limita-se ao montante de cotas de subclasse subordinadas subscritas, portanto a exposição dos cotistas de subclasse subordinados em 31 de dezembro de 2025 é limitada ao valor de R\$290.736 (R\$246.372 em 31 de dezembro de 2024). O Regulamento do Fundo define que as cotas de subclasse subordinadas devem representar no mínimo 25% das cotas seniores.

A Companhia, por meio da controlada Quero-Quero VerdeCard Instituição de Pagamento S.A., atua como agente de cobrança em caso de inadimplência dos direitos de crédito e efetua o gerenciamento contínuo da carteira do FIDC Verdecard.

Em 31 de dezembro de 2025, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício do FIDC Verdecard estão assim compostos:

	31/12/25	31/12/24
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	67.731	42.541
Aplicações financeiras	157.045	163.107
Contas a receber de clientes	1.068.838	986.395
Despesas antecipadas	3	-
Outros créditos	4.854	8.091
Total do Ativo	1.298.471	1.200.134
Passivo		
Contas a pagar	1.104	4.838
Patrimônio Líquido	1.297.367	1.195.296
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.298.471	1.200.134

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fundo de investimento em direitos creditórios--Continuação

Demonstração do resultado do exercício	31/12/25	31/12/24
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios	366.350	375.332
Receitas/despesas	603.383	534.218
Resultado nas negociações	(40.308)	(19.509)
Provisão por redução no valor de recuperação	(37.120)	(22.408)
Perdas com direitos creditórios	(159.605)	(116.969)
Títulos públicos federais	47.889	33.310
Rendas com aplicações em operações compromissadas	27.270	18.749
Rendas de títulos de renda fixa	20.619	14.561
Total das receitas	414.239	408.642
Demais despesas	(12.447)	(11.495)
Resultado do exercício dos detentores de cotas classificadas no Patrimônio Líquido	401.792	397.147

A remuneração dos quotistas seniores sobre os resultados do FIDC Verdecard referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi R\$161.427 (R\$117.764 em 2024), registrada como custo da operação nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Cotas seniores FIDC Verdecard

			Consolidado	
		Vencimento final	31/12/25	31/12/24
Cotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 1,40% a.a. + CDI	2025	-	13.757
Cotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 2,35% a.a. + CDI	2026	27.814	94.499
Cotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 1,80% a.a. + CDI	2027	122.652	204.274
Cotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 2,30% a.a. + CDI	2026	87.612	236.181
Cotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 1,60% a.a. + CDI	2027	57.671	90.046
Cotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 2,10% a.a. + CDI	2029	310.393	310.167
Cotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 1,50% a.a. + CDI	2030	400.489	-
Custos de estruturação FIDC Verdecard (b)		2030	(3.911)	(4.572)
Total			1.002.720	944.352
Circulante			314.760	353.426
Exigível a longo prazo			687.960	590.926

(a) Representa o saldo das cotas seniores emitidas pelo FIDC Verdecard com prioridade de amortização e resgate em relação às cotas subordinadas.

(b) Representa o saldo dos custos incorridos para estruturação do FIDC Verdecard que serão apropriados no resultado ao longo do período de vigência do Fundo, conforme cronograma de amortização das cotas seniores.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fundo de investimento em direitos creditórios--Continuação

O montante das cotas seniores deduzido dos custos de estruturação, representam as obrigações com os demais cotistas do fundo, e estão registrados em contas de passivo destas demonstrações financeiras consolidadas.

As parcelas do passivo não circulante das cotas seniores do FIDC Verdecard vencem como segue:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
2026	-	301.797
2027	243.556	155.250
2028	233.334	100.387
2029	166.646	33.492
2030	44.424	-
Total	687.960	590.926

10. Estoques

	Controladora e Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Mercadorias para revenda	535.449	515.484
Estoque para demonstração	527	548
Estoque de uso e consumo próprio	6.465	6.024
Importações em andamento	66	165
Perda estimada em estoques de baixa movimentação	(6.838)	(4.108)
Total	535.669	518.113

O custo dos estoques reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$1.321.254 (R\$1.296.232 em 2024).

O valor da perda estimada dos estoques refere-se às prováveis perdas de desvalorização dos estoques, e sua movimentação é como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(4.296)
Constituição de perda estimada	188
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(4.108)
Constituição de perda estimada	(2.730)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(6.838)

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Impostos a recuperar

		Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Circulante					
ICMS	(a)	23.645	14.988	23.645	14.988
Imposto de renda e contribuição social	(b)	48.836	58.543	51.028	58.756
COFINS	(c)	35.068	73.681	35.068	73.681
PIS	(c)	7.614	15.997	7.614	15.997
		115.163	163.209	117.355	163.422
Não circulante					
ICMS	(d)	12.997	20.016	12.997	20.016
COFINS	(e)	-	33.791	-	33.791
PIS	(e)	-	7.336	-	7.336
INSS	(f)	1.859	1.655	2.076	1.848
		14.856	62.798	15.073	62.991
Total		130.019	226.007	132.428	226.413

- (a) Os saldos de ICMS a recuperar são decorrentes de parcelas ainda não compensadas geradas principalmente sobre as aquisições de mercadorias.
- (b) Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recuperar são decorrentes principalmente de impostos retidos na fonte sobre operações financeiras. A realização destes créditos está sendo efetuada através de compensação com outros tributos federais.
- (c) Em 31 de dezembro de 2025 os saldos de PIS e Cofins a recuperar são oriundos principalmente da parcela de curto prazo do Tema 1.125, decidido pelo STJ em 13 de dezembro de 2023, relativo à exclusão do ICMS ST da base de cálculo do PIS e da COFINS devidos pelo contribuinte substituído no regime de substituição tributária. A Companhia está procedendo com a compensação destes créditos com tributos federais administrados pela própria Receita Federal do Brasil.
- (d) Os saldos de ICMS referem-se principalmente de parcelas geradas sobre aquisição de mercadorias que serão compensadas no longo prazo, e também as parcelas de longo prazo incidente sobre a aquisição de ativo imobilizado que serão compensados em 1/48 mensais.
- (e) Os saldos de PIS e Cofins a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se a parcela de longo prazo do Tema 1.125, decidido pelo STJ em 13 de dezembro de 2023, relativo à exclusão do ICMS ST da base de cálculo do PIS e da COFINS devidos pelo contribuinte substituído no regime de substituição tributária. Em 31 de dezembro de 2025 não havia saldo residual de parcelas de longo prazo registrados nestas demonstrações financeiras.
- (f) Os saldos de INSS a recuperar correspondem a valores indevidamente recolhidos nas competências de 2019 e 2020, relacionados ao Tema 985 decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 12 de junho de 2024, que declarou constitucional a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço de férias, com efeitos modulados aplicáveis somente a períodos posteriores a 15 de setembro de 2020. A realização dos créditos será efetuada por meio de compensação na apuração das contribuições previdenciárias, após o trânsito em julgado da ação judicial individual da Companhia.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos do período foi a seguinte:

	Controladora				
	Saldo em 31 de Dezembro de 2023	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2024	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2025
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	138.249	30.002	168.251	877	169.128
Diferenças temporárias					
Reconhecido no resultado					
Ajuste a valor presente de clientes	1.043	(78)	965	767	1.732
Perda estimada em estoques de baixa movimentação	1.473	(61)	1.412	340	1.752
Ajuste a valor presente de estoques	5.055	512	5.567	1.189	6.756
Provisão para dissídio coletivo	201	(24)	177	42	219
Provisão atualização contas a pagar por aquisição de investimento	5.146	(1.188)	3.958	(3.948)	10
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	5.543	(1.349)	4.194	(1.094)	3.100
Ajuste a valor presente de fornecedores	(3.192)	(1.859)	(5.051)	(850)	(5.901)
Arrendamento mercantil	18.747	2.981	21.728	2.717	24.445
Perda estimada por créditos de liquidação duvidosa	685	500	1.185	(227)	958
Hedge de fluxo de caixa	-	(6.077)	(6.077)	5.111	(966)
Outras provisões	6.908	903	7.811	(5.199)	2.612
Total	41.609	(5.740)	35.869	(1.152)	34.717
Reconhecido em outros resultados abrangentes					
Hedge de fluxo de caixa	-	(36)	(36)	249	213
Total	-	(36)	(36)	249	213
Total	179.858	24.226	204.084	(26)	204.058

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	Consolidado				
	Saldo em 31 de Dezembro de 2023	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2024	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2025
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	138.591	29.979	168.570	845	169.415
Diferenças temporárias		-			
Reconhecido no resultado					
Ajuste a valor presente de clientes	1.043	(78)	965	767	1.732
Perda estimada em estoques de baixa movimentação	1.473	(61)	1.412	340	1.752
Ajuste a valor presente de estoques	5.055	512	5.567	1.189	6.756
Provisão para dissídio coletivo	201	(24)	177	42	219
Provisão atualização contas a pagar por aquisição de investimento	5.146	(1.188)	3.958	(3.948)	10
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	7.138	(2.025)	5.113	1.071	6.184
Ajuste a valor presente de fornecedores	(3.192)	(1.859)	(5.051)	(850)	(5.901)
Arrendamento mercantil	18.747	2.981	21.728	2.717	24.445
Perda estimada por créditos de liquidação duvidosa	1.463	2.256	3.719	(23)	3.696
Hedge de fluxo de caixa	-	(6.077)	(6.077)	5.111	(966)
Outras provisões	7.638	1.058	8.696	(5.578)	3.118
Total	44.712	(4.505)	40.207	838	41.045
Reconhecido em outros resultados abrangentes					
Hedge de fluxo de caixa	-	(36)	(36)	249	213
Total	-	(36)	(36)	249	213
Reconhecido em lucros ou prejuízos acumulados					
Complemento perda esperada créditos liquidação duvidosa - adoção inicial resolução CMN 4.966/21	-	-	-	1.730	1.730
Total	-	-	-	1.730	1.730
Total	183.303	25.438	208.741	3.662	212.403

Os prejuízos fiscais acumulados, de acordo com a legislação tributária vigente, não prescrevem.

A utilização do saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada período.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis com base nos estudos realizados que revelam expectativas de lucros tributáveis para os seguintes exercícios:

Ano	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/25
	Valor	Valor
2026	1.460	1.478
2027	9.535	9.555
2028	15.683	15.706
2029	23.896	23.923
2030	34.203	34.234
2031	45.561	45.597
2032	54.814	54.854
Após 2032	18.906	27.056
Total	204.058	212.403

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(160.701)	(20.906)	(153.808)	(15.232)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	54.638	7.108	52.295	5.179
Efeito da equivalência patrimonial	9.447	3.584	-	-
(Adições) Exclusões permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(3.892)	(5.179)	(4.384)	(5.552)
Juros de indébitos tributários	5.549	7.409	5.565	7.454
Incentivos fiscais	-	-	1.163	1.086
Parcela isenta do adicional de 10%	-	-	24	24
Efeito do juros sobre capital próprio	(5.293)	8.094	934	8.094
Diferido não reconhecido dentro do período	(61.352)	-	(61.352)	-
Outros	(337)	36	(2.378)	(907)
Imposto de renda e contribuição social	(1.240)	21.052	(8.133)	15.378
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(1.240)	21.052	(8.133)	15.378
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(88)	-	(8.939)	(6.885)
Imposto de renda e contribuição social				
Diferidos	(1.152)	21.052	806	22.263

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- (a) Apesar da existência de projeções internas indicando melhoria no desempenho operacional e perspectivas positivas no médio e longo prazo, o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal da Companhia relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foi reconhecido nestas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia considerou o estágio atual de prejuízos realizados em exercícios contábeis imediatamente anteriores. A Companhia continuará monitorando, a cada encerramento periódico, os elementos que sustentem a realização dos ativos fiscais diferidos, de modo a avaliar a adequação de seu reconhecimento contábil em conformidade com o princípio da prudência e com os requisitos estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis.

13. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Circulante				
Créditos a receber de fornecedores (a)	18.130	19.898	18.323	20.082
Adiantamento a colaboradores	6.285	3.611	6.849	4.173
Contas a receber ex-controladores (b)	-	-	24	108
Transações de pagamentos a receber (c)	-	-	12.000	19.050
Outros	(20)	383	78	1.441
Subtotal	24.395	23.892	37.274	44.854
Não circulante				
Contas a receber ex-controladores (b)	1	-	1	-
Bonificação diferida de administradores	3.379	-	3.379	-
Subtotal	3.380	-	3.380	-
Total	27.775	23.892	40.654	44.854

- (a) Saldos acordados de ressarcimento de verba de propaganda cooperada, e bonificações de fornecedores.
- (b) Contas a receber de antigos controladores fundadores da Companhia, por conta de ressarcimento de valores pagos e/ou provisionados pela Companhia e que são de responsabilidade, em função de sua competência, dos antigos controladores fundadores, conforme contrato firmado entre as partes. Os saldos remanescentes classificados no ativo circulante possuem expectativa de liquidação para os próximos 12 meses, e os valores provisionados no ativo não circulante se realizarão somente após a liquidação efetiva dos processos judiciais que estão em andamento até a data destas demonstrações financeiras.
- (c) Contas a receber de correspondente bancário e instituições financeiras terceiras referente a transações de pagamentos do cartão VerdeCard.

14. Partes relacionadas

As transações de prestações de serviços, assim como as eventuais transações financeiras de empréstimos e captação de recursos, entre a Companhia, suas controladas e outras partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes.

A Companhia possui Política de Relacionamento com Partes Interessadas, além de uma estrutura de controles internos para apoiar na identificação, acompanhamento e aprovações das transações entre as partes relacionadas.

No quadro a seguir estão demonstradas as transações ocorridas e os saldos em aberto entre a Companhia e suas partes relacionadas, e na sequência a descrição da natureza e condição das operações.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas--Continuação

	Controladora			
	Saldos		Transações	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Quero-Quero VerdeCard Instituição de Pagamento S.A.				
Contas a receber	21.916	56.052	-	-
Dividendos a receber	-	2.464	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	18.032	5.781
Despesas com vendas e administrativas	-	-	(55.902)	(52.826)
Despesas/Receitas financeiras	-	-	12.789	7.152
Sentinela dos Pampas - Adm.Corretora de Seg. Ltda				
Despesas com vendas e administrativas	-	-	166	141
FIDC Verdecard				
Contas a receber	290.736	246.372	-	-
Receitas financeiras	-	-	240.365	279.384
Outras partes relacionadas				
Outros créditos	3.793	-	-	-
Outras Despesas/Receitas	-	-	(345)	-
	Consolidado			
	Saldos		Transações	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Outras partes relacionadas				
Outros créditos	3.793	-	-	-
Outras Despesas/Receitas	-	-	(345)	-

Os valores de contas a receber da Verde correspondem às vendas realizadas pela Companhia, através do cartão VerdeCard. Essas vendas não possuem taxas de juros atreladas, e possuem em quase sua totalidade prazo para liquidação inferior a 12 meses. Dividendos a receber referem-se ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2024. Os montantes de despesas com vendas e administrativas referem-se a reembolso de despesas pagas para a controladora Lojas Quero-Quero. As despesas financeiras referem-se ao custo pago pela Companhia à controlada Verde no exercício de 2025 referente a operações de mútuo e antecipação de valores a receber relativos a vendas realizadas através do cartão VerdeCard.

Os montantes de despesas com vendas e administrativas pagas para a controlada Sentinela dos Pampas, referem-se a reembolso de despesas pagas pela controladora Lojas Quero-Quero.

O valor de contas a receber do FIDC Verdecard, conforme detalhado na nota explicativa nº 9, refere-se aos montantes de cotas subordinadas subscritas pela Companhia, bem como a rentabilidade das mesmas ainda não recebidas, e o valor das receitas financeiras refere-se à rentabilização das cotas subordinadas no período.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas--Continuação

O valor de outros créditos registrado em outras partes relacionadas refere-se a bonificação diferida de longo prazo da administração.

Todos os saldos e transações foram eliminados na consolidação destas informações financeiras intermediárias.

Os benefícios proporcionados pela Companhia na forma de remuneração aos seus Administradores estavam assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Remuneração	14.107	14.519
Benefícios	1.975	1.755
Total	16.082	16.274

Além dos benefícios demonstrados na tabela anterior, a Companhia possui plano de opção de compra de ações, onde os Administradores podem adquirir ações na forma e condições descritas no plano conforme nota explicativa nº 25.3.

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. É política interna da Companhia o pagamento de premiação anual aos seus Administradores de acordo com o atingimento de metas pré-estabelecidas.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Investimentos

Os investimentos em controladas estão assim compostos:

	Quero-Quero VerdeCard		Sentinela dos Pampas - Adm.		Total	
	Instituição de Pagamento S.A.		Corretora de Seg. Ltda			
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
<u>Informações sobre os investimentos:</u>						
Ações/cotas	56.250.000	56.250.000	10.000	10.000	-	-
Participação no capital social %	100%	100%	99%	99%	-	-
Total do ativo	715.336	540.455	1.490	1.265	-	-
Patrimônio líquido	110.757	101.363	1.449	1.218	-	-
Lucro líquido do exercício	27.556	10.376	230	165	-	-
<u>Movimentação dos investimentos:</u>						
Saldo no início do exercício	101.365	73.453	1.208	1.044	102.573	74.497
Aumento de capital	-	20.000	-	-	-	20.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(15.568)	(2.464)	-	-	(15.568)	(2.464)
Equivalência patrimonial adoção inicial resolução CMN 4.966/21	(2.594)	-	-	-	(2.594)	-
Equivalência patrimonial registrada no resultado do exercício	27.556	10.376	228	164	27.784	10.540
Total controladora	110.759	101.365	1.436	1.208	112.195	102.573
Outros investimentos	4	3	-	-	4	3
Total consolidado	3	3	-	-	3	3

Nenhuma das controladas têm as suas ações negociadas em bolsa de valores.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado

	Taxas de depreciação	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Máquinas e equipamentos	10%	3.172	3.243	3.216	3.289
Móveis e utensílios	10%	72.240	72.592	72.242	72.595
Veículos	20%	156	444	156	444
Computadores e periféricos	20%	15.370	18.130	15.370	18.130
Benfeitoria imóveis terceiros	10% a 30%	64.627	70.212	64.627	70.212
Imobilizado em andamento	-	17.316	16.836	17.316	16.836
<u>Arrendamentos</u>					
Direitos de uso - Aluguéis de imóveis	6% a 16%	436.765	459.644	436.765	459.644
Máquinas e equipamentos	10%	4.936	5.977	4.936	5.977
Total imobilizado		614.582	647.078	614.628	647.127

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado--Continuação

Movimentação do imobilizado	Controladora								Total
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitoria imóveis terceiros	Imobilizado em andamento	Arrendamento direitos de uso - aluguéis de imóveis	Arrendamento máquinas e equipamentos	
Custo -									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.754	111.383	5.490	60.816	155.965	17.376	810.503	9.497	1.177.784
Adições	490	6.473	-	5.194	-	27.987	44.735	909	85.788
Remensurações	-	-	-	-	-	-	31.297	-	31.297
Baixas	(29)	(932)	-	(363)	(1.208)	(24)	(6.236)	-	(8.792)
Transferências	18	4.103	-	151	24.239	(28.503)	-	-	8
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.233	121.027	5.490	65.798	178.996	16.836	880.299	10.406	1.286.085
Adições	465	6.780	-	5.124	-	27.868	37.452	-	77.689
Remensurações	-	-	-	-	-	-	25.385	-	25.385
Baixas	(162)	(198)	(643)	(180)	(1.066)	(10)	(10.128)	-	(12.387)
Transferências	3	4.713	-	203	22.565	(27.378)	-	-	106
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.539	132.322	4.847	70.945	200.495	17.316	933.008	10.406	1.376.878
Depreciação Acumulada -									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.512)	(38.097)	(4.737)	(40.091)	(84.658)	-	(346.155)	(3.434)	(520.684)
Adições	(489)	(10.780)	(309)	(7.894)	(25.126)	-	(80.736)	(995)	(126.329)
Baixas	11	442	-	317	1.000	-	6.236	-	8.006
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(3.990)	(48.435)	(5.046)	(47.668)	(108.784)	-	(420.655)	(4.429)	(639.007)
Adições	(537)	(11.730)	(220)	(8.033)	(27.714)	-	(85.716)	(1.041)	(134.991)
Baixas	160	83	575	126	630	-	10.128	-	11.702
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(4.367)	(60.082)	(4.691)	(55.575)	(135.868)	-	(496.243)	(5.470)	(762.296)
Valor Residual em 31/12/2023	3.242	73.286	753	20.725	71.307	17.376	464.348	6.063	657.100
Valor Residual em 31/12/2024	3.243	72.592	444	18.130	70.212	16.836	459.644	5.977	647.078
Valor Residual em 31/12/2025	3.172	72.240	156	15.370	64.627	17.316	436.765	4.936	614.582

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado--Continuação

Movimentação do imobilizado	Consolidado								Total
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitoria imóveis terceiros	Imobilizado em andamento	Arrendamento direitos de uso - aluguéis de imóveis	Arrendamento máquinas e equipamentos	
Custo -									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.793	111.463	5.490	61.281	155.966	17.376	810.503	9.497	1.178.369
Adições	518	6.473	-	5.194	-	27.987	44.735	909	85.816
Remensurações	-	-	-	-	-	-	31.297	-	31.297
Baixas	(29)	(932)	-	(363)	(1.208)	(24)	(6.236)	-	(8.792)
Transferências	18	4.103	-	151	24.239	(28.503)	-	-	8
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.300	121.107	5.490	66.263	178.997	16.836	880.299	10.406	1.286.698
Adições	474	6.780	-	5.124	-	27.868	37.452	-	77.698
Remensurações	-	-	-	-	-	-	25.385	-	25.385
Baixas	(162)	(198)	(643)	(180)	(1.066)	(10)	(10.128)	-	(12.387)
Transferências	3	4.713	-	203	22.565	(27.378)	-	-	106
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.615	132.402	4.847	71.410	200.496	17.316	933.008	10.406	1.377.500
Depreciação Acumulada -									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.524)	(38.173)	(4.737)	(40.556)	(84.659)	-	(346.155)	(3.434)	(521.238)
Adições	(498)	(10.781)	(309)	(7.894)	(25.126)	-	(80.736)	(995)	(126.339)
Baixas	11	442	-	317	1.000	-	6.236	-	8.006
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(4.011)	(48.512)	(5.046)	(48.133)	(108.785)	-	(420.655)	(4.429)	(639.571)
Adições	(548)	(11.731)	(220)	(8.033)	(27.714)	-	(85.716)	(1.041)	(135.003)
Baixas	160	83	575	126	630	-	10.128	-	11.702
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(4.399)	(60.160)	(4.691)	(56.040)	(135.869)	-	(496.243)	(5.470)	(762.872)
Valor Residual em 31/12/2023	3.269	73.290	753	20.725	71.307	17.376	464.348	6.063	657.131
Valor Residual em 31/12/2024	3.289	72.595	444	18.130	70.212	16.836	459.644	5.977	647.127
Valor Residual em 31/12/2025	3.216	72.242	156	15.370	64.627	17.316	436.765	4.936	614.628

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado--Continuação

A taxa média de depreciação de arrendamento direitos de uso - aluguéis lojas é de 10,40% (12,56% em 31 de dezembro de 2024), e está apresentada no resultado do exercício líquida de créditos fiscais de R\$5.184 (R\$4.989 em 31 de dezembro de 2024), conforme divulgado na nota explicativa nº 32.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia avaliou e não identificou fatores que indicassem que os ativos mantidos pela Companhia não gerarão benefícios econômicos futuros suficientes para recuperar seu valor contábil, e, portanto, não foi necessário efetuar o teste de *impairment*.

17. Intangível

	Taxas de amortização	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais	10%	30	50	30	50
Softwares	10% a 20%	12.197	14.507	12.210	14.526
Sistemas desenvolvidos	10%	4.944	5.115	32.387	33.372
Outros ativos intangíveis	10% a 20%	8.520	6.955	15.171	10.622
Total intangível		25.691	26.627	59.798	58.570

Os montantes registrados como outros ativos intangíveis referem-se a demais projetos aplicados no desenvolvimento das atividades da Companhia.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangível--Continuação

Movimentação do intangível	Controladora				Total
	Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais	Softwares	Sistemas desenvolvidos	Outros ativos intangíveis	
Custo -					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.947	56.818	7.869	8.967	84.601
Adições	-	179	1.206	2.036	3.421
Baixas	-	(5)	-	-	(5)
Transferências	-	(8)	-	-	(8)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.947	56.984	9.075	11.003	88.009
Adições	-	630	413	2.450	3.493
Baixas	-	(11)	-	-	(11)
Transferências	-	-	-	(106)	(106)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.947	57.603	9.488	13.347	91.385
Amortização Acumulada -					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(10.815)	(38.156)	(3.276)	(3.189)	(55.436)
Adições	(82)	(4.321)	(684)	(859)	(5.946)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(10.897)	(42.477)	(3.960)	(4.048)	(61.382)
Adições	(20)	(2.939)	(584)	(779)	(4.322)
Baixas	-	10	-	-	10
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(10.917)	(45.406)	(4.544)	(4.827)	(65.694)
Valor Residual em 31/12/2023	132	18.662	4.593	5.778	29.165
Valor Residual em 31/12/2024	50	14.507	5.115	6.955	26.627
Valor Residual em 31/12/2025	30	12.197	4.944	8.520	25.691

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangível--Continuação

Movimentação do intangível	Consolidado					Total
	Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais	Softwares	Projeto Cartão verde	Sistemas desenvolvidos	Outros ativos intangíveis	
Custo -						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.947	60.281	6.485	44.051	14.098	135.862
Adições	-	179	-	1.206	9.296	10.681
Baixas	-	(5)	-	-	-	(5)
Transferências	-	(8)	-	8.723	(8.723)	(8)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.947	60.447	6.485	53.980	14.671	146.530
Adições	-	630	-	413	8.776	9.819
Baixas	-	(11)	-	-	-	(11)
Transferências	-	-	-	3.342	(3.448)	(106)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.947	61.066	6.485	57.735	19.999	156.232
Amortização Acumulada -						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(10.815)	(41.547)	(6.391)	(16.090)	(3.190)	(78.033)
Adições	(82)	(4.374)	(94)	(4.518)	(859)	(9.927)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(10.897)	(45.921)	(6.485)	(20.608)	(4.049)	(87.960)
Adições	(20)	(2.945)	-	(4.740)	(779)	(8.484)
Baixas	-	10	-	-	-	10
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(10.917)	(48.856)	(6.485)	(25.348)	(4.828)	(96.434)
Valor Residual em 31/12/2023	132	18.734	94	27.961	10.908	57.829
Valor Residual em 31/12/2024	50	14.526	-	33.372	10.622	58.570
Valor Residual em 31/12/2025	30	12.210	-	32.387	15.171	59.798

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia avaliou e não identificou fatores que indicassem que os ativos mantidos pela Companhia não gerarão benefícios econômicos futuros suficientes para recuperar seu valor contábil.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Fornecedores e fornecedores - convênio

	Controladora e Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Fornecedores (a)	475.117	466.440
Ajuste a valor presente	(17.356)	(14.855)
Total Fornecedores	457.761	451.585
Fornecedores - convênio (b)	10.866	19.296
Total Fornecedores Convênio	10.866	19.296

- (a) Representa o saldo a pagar pela compra de mercadorias a prazo junto a fornecedores, registrado ao valor presente na data da transação com prazo médio de 115 dias (119 dias em 31 de dezembro de 2024). Inclui também financiamento direto por certos fornecedores no montante de R\$42.743 (R\$43.467 em 31 de dezembro de 2024) com prazo médio de 136 dias (136 dias em 31 de dezembro de 2024) sujeito a juros de mercado.
- (b) Tratam-se de saldos a pagar junto a fornecedores pela compra de mercadorias a prazo, operações de risco sacado realizadas de forma não massificada, que optaram por antecipá-los por intermédio de instituições financeiras parceiras da Companhia, mantendo características comerciais normais de negócio, e preservando a essência da transação. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes saldos foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia junto às instituições financeiras. A Companhia identificou que esta transação possui uma natureza específica e a classifica separadamente da rubrica fornecedores no balanço patrimonial. A Companhia observou os aspectos qualitativos sobre esse tema e concluiu que os montantes não alteram sua estrutura de capital e não comprometem a alavancagem financeira da Companhia.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento das obrigações em aberto da Companhia em 31 de dezembro de 2025, relativo a fornecedores e fornecedores - convênio, com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

31 de dezembro de 2025	Controladora e Consolidado					Acima de 180 dias
	Fluxo de caixa contratual	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	
Fornecedores	475.117	206.949	110.618	79.082	69.086	9.382
Fornecedores - convênio	10.866	4.415	2.661	2.854	936	-

31 de dezembro de 2024	Controladora e Consolidado					Acima de 180 dias
	Fluxo de caixa contratual	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	
Fornecedores	466.440	231.214	100.014	65.317	55.994	13.901
Fornecedores - convênio	19.296	6.226	4.379	3.848	4.843	-

Movimentação do ajuste a valor presente

	Controladora e Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Saldo no início do período	(14.855)	(9.387)
Ajuste a valor presente	(52.886)	(43.749)
Realização do ajuste a valor presente	50.385	38.281
Saldo no final do período	(17.356)	(14.855)

A Companhia utilizou a taxa de 1,12% mensal (1,02% em 31 de dezembro de 2024) para cálculo de ajuste a valor presente.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos

<u>Em moeda nacional</u>	Taxa de juros	Vencimento final	Controladora e Consolidado	
			31/12/25	31/12/24
Capital de giro	Juros de 2,00% a 2,35% a.a. + CDI	2027 a 2030	59.686	90.272
Debêntures 2ª emissão (a)	Juros de 1,75% a.a. + CDI	2029	69.547	130.355
Debêntures 3ª emissão (b)	Juros de 1,95% a.a. + CDI	2027	50.122	74.876
Debêntures 4ª emissão (c)	Juros de 2,26% a.a. + CDI	2027	-	148.646
Debêntures 5ª emissão (d)	Juros de 1,99% a.a. + CDI	2030	61.258	-
Debêntures 6ª emissão (e)	Juros de 1,99% a.a. + CDI	2031	84.816	-
Debêntures 7ª emissão (f)	Juros de 1,99% a.a. + CDI	2029	120.762	-
Finame (g)	Juros de 1,55% a 1,85% a.a. + CDI	2028	69.263	-
Subtotal			515.454	444.149
<u>Em moeda estrangeira</u>	Taxa de juros	Vencimento final	Controladora e Consolidado	
			31/12/25	31/12/24
Capital de giro (h)	Juros de 6,95% a.a. + dólar	2028	37.953	61.614
Contrato de Swap	Juros de 2,06% a.a. + CDI	2028	(3.584)	(11.419)
Capital de giro (i)	Juros de 5,59% a.a. + euro	2025	-	46.737
Contrato de Swap	Juros de 1,54% a.a. + CDI	2025	-	(6.559)
Capital de giro (j)	Juros de 5,18% a.a. + euro	2027	32.476	-
Contrato de Swap	Juros de 2,45% a.a. + CDI	2027	(140)	-
Subtotal			66.705	90.373
Total			582.159	534.522
Circulante			95.301	196.132
Não circulante			486.858	338.390

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Indexador	2025	2024
CDI (12 meses)	14,26%	10,83%

- (a) Representa o saldo de 2ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. A emissão ocorreu em 10 de janeiro de 2022 sob a forma nominativa e escritural, no valor de R\$150.000, equivalente a 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures.
- (b) Representa o saldo de 3ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. A emissão ocorreu em 14 de dezembro de 2022 sob a forma nominativa e escritural, no valor de R\$100.000, equivalente a 100.000 (cem mil) debêntures.
- (c) Representa o saldo de 4ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional. A emissão ocorreu em 15 de dezembro de 2023 sob a forma nominativa e escritural, no valor de R\$150.000, equivalente a 150.000 (cem mil) debêntures.
- (d) Representa o saldo de 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. A emissão ocorreu em 15 de julho de 2025 sob a forma nominativa e escritural, no valor de R\$60.000, equivalente a 60.000 (sessenta mil) debêntures.
- (e) Representa o saldo de 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. A emissão ocorreu em 05 de setembro de 2025 sob a forma nominativa e escritural, no valor de R\$85.000, equivalente a 85.000 (oitenta e cinco mil) debêntures.
- (f) Representa o saldo de 7ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. A emissão ocorreu em 25 de novembro de 2025 sob a forma nominativa e escritural, no valor de R\$123.000, equivalente a 123.000 (cento e vinte e três mil) debêntures.
- (g) Representa o saldo de operações de empréstimo por meio de Finame, com vencimentos previstos para os anos de 2027 e 2028.
- (h) Representa o saldo de operação de empréstimo contratada em dólares norte-americanos, com swap atrelado, com objetivo de trocar os riscos de taxa cambial por taxa de juros de 2,06% a.a. + CDI.
- (i) Representa o saldo de operação de empréstimo contratada em euro, com swap atrelado, com objetivo de trocar os riscos de taxa cambial por taxa de juros de 1,54% a.a. + CDI.
- (j) Representa o saldo de operação de empréstimo contratada em euro, com swap atrelado, com objetivo de trocar os riscos de taxa cambial por taxa de juros de 2,45% a.a. + CDI.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

As parcelas dos empréstimos e financiamentos vencem como segue:

	31/12/25	31/12/24
2025	-	196.132
2026	95.301	153.483
2027	209.963	144.504
2028	133.501	32.904
2029	91.728	7.499
2030	37.514	-
2031	14.152	-
Total	582.159	534.522

Os empréstimos e financiamentos referem-se, principalmente, a capital de giro utilizado para financiar as operações da Companhia.

A movimentação apresentada nas atividades de financiamento do fluxo de caixa é a seguinte:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	501.290
Captações	161.806
Variação monetária e juros	67.923
Amortização de juros	(65.364)
Amortização de principal	(131.133)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	534.522
Captações	442.354
Variação monetária e juros	82.500
Amortização de juros	(80.738)
Amortização de principal	(396.479)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	582.159

Cláusulas restritivas de contratos de financiamento

Sobre os contratos de financiamento em aberto em 31 de dezembro de 2025 a Companhia está sujeita ao atendimento de certas cláusulas financeiras restritivas, com mensuração anual e no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas, conforme demonstrado abaixo:

Dívida financeira líquida/EBITDA $\leq$ 3,0x;

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cláusulas restritivas de contratos de financiamento--Continuação

Por dívida líquida, entende-se o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, excluindo-se disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras.

Por dívida financeira líquida, entende-se o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, excluindo-se disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras desconsiderando os equivalentes de caixa e aplicações financeiras do FIDC Verdecard.

EBITDA definido contratualmente como Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro líquido, somadas as depreciações e amortizações.

Todas as cláusulas restritivas de contratos de financiamento em aberto em 31 de dezembro de 2025, e em 31 de dezembro de 2024, estão sendo cumpridas e não há nenhum evento de *default*.

Garantias de contratos de financiamento

A Companhia possui empréstimos contratados com instituições financeiras, as quais encontram-se adimplentes em sua totalidade, e que estão atreladas às garantias listadas abaixo:

- (i) Cessão de recebíveis cartões de crédito das bandeiras Visa, Mastercard e Elo;
- (ii) Direitos creditórios de contrato *swap*;
- (iii) Certificado de depósito bancário no montante de R\$4.541.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Contas a pagar por aquisição de investimento

Contas a pagar por aquisição de investimento refere-se à retenção contratual para garantia do cumprimento de obrigações assumidas pelos antigos acionistas fundadores da Companhia conforme Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças, celebrado em 5 de outubro de 2010. O passivo foi assumido pela Companhia como resultado de reorganização societária ocorrida em fevereiro de 2016. A dívida está sujeita à atualização com base em 100% da taxa DI.

A movimentação do saldo de contas a pagar está demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.137
Atualização	1.137
Amortização	<u>(4.632)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.642
Atualização	919
Amortização	<u>(12.530)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	31

No dia 11 de setembro de 2025 foi celebrado instrumento particular de transação entre a Companhia e antigos controladores fundadores, amortizando parte do contas a pagar por aquisição de investimento com o contas a receber de antigos controladores fundadores da Companhia, por conta de ressarcimento de valores pagos e/ou provisionados pela Companhia e que são de responsabilidade dos mesmos.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As provisões constituídas para as ações consideradas de perda provável são as seguintes:

Natureza	Controladora			Consolidado			Saldo final 31/12/2025
	Saldo final 31/12/2023	Adição a provisão	Reversões	Saldo final 31/12/2024	Adição a provisão	Reversões	
Cíveis (a)	1.127	2.348	(2.206)	1.269	3.579	(2.156)	2.692
Trabalhistas (b)	4.312	7.653	(3.175)	8.790	2.690	(7.433)	4.047
Tributárias (c)	11.176	78	(8.977)	2.277	105	-	2.382
Total provisões	16.615	10.079	(14.358)	12.336	6.374	(9.589)	9.121

Natureza	Consolidado			Consolidado			Saldo final 31/12/2025
	Saldo final 31/12/2023	Adição a provisão	Reversões	Saldo final 31/12/2024	Adição a provisão	Reversões	
Cíveis (a)	4.540	4.478	(6.448)	2.570	11.273	(5.089)	8.754
Trabalhistas (b)	4.888	8.682	(3.782)	9.788	4.769	(8.861)	5.696
Tributárias (c)	11.176	78	(8.977)	2.277	105	-	2.382
Total provisões	20.604	13.238	(19.207)	14.635	16.147	(13.950)	16.832

(a) Refere-se a diversas demandas de reclamações cíveis, principalmente de reclamações de clientes, cuja perda é avaliada como provável pela Companhia, não tendo nenhum processo específico em relevância.

(b) Refere-se a discussões que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras e rescisões.

(c) Em conformidade com a decisão do STF que modulou os efeitos a partir de 15 de setembro de 2020 sobre a constitucionalidade da incidência da contribuição previdenciária sobre o terço de férias, a Companhia procedeu no exercício de 2024 com a reversão de provisão que possuía registrada sobre esse tema abrangendo os períodos de 2008 a 2020. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2025 refere-se principalmente à incidência de FGTS sobre verbas trabalhistas, cuja constitucionalidade está sendo discutida judicialmente pela Companhia.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis--Continuação

As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus assessores legais externos.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, existe contrato entre a Companhia e os antigos controladores fundadores para ressarcimento de pagamentos incorridos com contingências geradas antes da data de venda da empresa. A Companhia efetua provisão no passivo para todos os riscos cuja perda seja avaliada como provável.

A composição dos processos em relação às ações cuja perda é avaliada como possível pela Companhia, suportada pelos seus assessores legais que não estão sujeitos a reembolso por parte dos antigos controladores fundadores é a seguinte:

Natureza	31/12/25	31/12/24
Trabalhista (a)	16.022	5.919
Cível (b)	11.849	8.407
Tributárias (c)	5.109	2.642
Total	32.980	16.968

(a) Referem-se a diversas demandas trabalhistas que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras e rescisões.

(b) Referem-se a diversas demandas de reclamações cíveis, principalmente de reclamações de clientes.

(c) Referem-se principalmente a autos de infração para cobrança de débito de FGTS, verbas de natureza previdenciária, e também discussões que envolvem a incidência de medida provisória antidumping sobre porcelanato importado.

22. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
IR a recolher	4.384	6.742	4.649	7.060
PIS a recolher	989	1.175	1.227	1.373
COFINS a recolher	4.023	5.337	5.367	6.416
CSLL a recolher	-	-	92	445
ICMS a recolher	11.332	12.316	11.332	12.316
ISS a recolher	224	279	740	711
IPI a recolher	965	989	965	989
	21.917	26.838	24.372	29.310

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receitas diferidas

No exercício de 2022 a controlada Verde recebeu adiantamento a título de incentivos relacionados a bônus de assinatura e exclusividade por conta de contrato firmado com parceiro comercial, referente à utilização do arranjo de pagamentos do parceiro comercial envolvendo os instrumentos de pagamento relativos às operações de cartões de crédito e débito da controlada Verde, que serão reconhecidos no resultado à medida que a prestação dos serviços pactuada seja efetuada.

No exercício de 2024 a Companhia celebrou contrato com parceiro comercial para comercialização de produto de seguro, recebendo adiantamento pela cessão do canal de distribuição vinculado a atingimento de metas estabelecidas. A Companhia recebeu também adiantamento a título de remuneração por conta de contrato firmado com banco parceiro, referente à realização do processamento da folha de pagamento de seus colaboradores. Os adiantamentos recebidos serão reconhecidos no resultado à medida que as metas estabelecidas sejam atingidas, ou que a prestação dos serviços seja efetuada.

A estimativa da Administração para a realização destas receitas diferidas e seu respectivo reconhecimento no resultado do exercício está demonstrado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
2025	-	8.800	-	9.302
2026	800	800	1.514	1.503
2027	800	800	1.800	1.784
2028	800	800	2.200	2.177
2029 a 2033	667	667	14.522	14.581
Total	3.067	11.867	20.036	29.347

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Obrigações com clientes (a)	44.418	58.486	65.051	69.671
Repasse da operação de produtos financeiros	290	51	3.875	2.570
Obrigações com ex-controladores (b)	43.994	37.221	43.994	37.221
Outras Obrigações	88	147	5.008	10.447
	88.790	95.905	117.928	119.909
Circulante	88.790	59.003	117.928	83.007
Não circulante	-	36.902	-	36.902

(a) Referem-se a vendas de mercadorias ainda não entregues, e também a saldos credores de clientes que podem ser usados como pagamento em compras na Companhia.

(b) Refere-se principalmente ao valor a ser repassado a antigos controladores fundadores da Companhia conforme previsão contratual entre as partes, correspondendo ao montante líquido integralmente compensado pela Companhia relativo à ação transitada em julgado de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS compreendendo os períodos de 2002 a 2008.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia não é controlada, direta ou indiretamente, por outra entidade ou pessoa física.

No dia 06 de março de 2025 ocorreu o aumento do capital social da Companhia, por subscrição privada, no montante de R\$23.807, com a emissão de 11.844.552 ações, todas ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é representado por 206.917.263 (195.072.711 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito integralizado, no montante de R\$505.967 (R\$482.160 em 31 de dezembro de 2024).

b) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2025, os valores registrados na conta de reserva de capital correspondem aos montantes constituídos a título de plano de opção de ações, e os gastos de emissão de ações em decorrência da oferta pública de ações.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, de acordo com legislação vigente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo existente da reserva foi integralmente absorvido pelo prejuízo do exercício, em conformidade com o disposto no art. 189 da Lei nº 6.404/76, que estabelece a absorção de prejuízos acumulados antes de qualquer outra destinação do resultado.

d) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia gozou de incentivos fiscais de ICMS referente a redução de base de cálculo, com seus impactos no resultado até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Administração, tendo em vista a publicação da Lei Complementar 160/17 e em conformidade com a Lei 6.404/76, os destinou como reserva de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo é de R\$22.132.

e) Reserva de investimentos e expansão

Conforme estipulado no estatuto social da Companhia, o saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição de reserva legal, reserva de incentivos fiscais, e dividendos propostos será destinado a reserva de lucros denominada reserva de investimentos e expansão, cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas controladas. O saldo desta reserva, considerado em conjunto com o saldo da reserva legal, não poderá exceder valor equivalente ao capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da reserva de investimentos e expansão foi integralmente absorvido pelo prejuízo do exercício.

f) Outros resultados abrangentes

Corresponde aos resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa, correspondentes a ajustes de avaliação patrimonial relativos à operação de swap de empréstimos contratados em moeda estrangeira. O montante de resultado acumulado em 31 de dezembro de 2025, líquido de tributos negativo, é de R\$413 (R\$70 positivo em 31 de dezembro de 2024).

25.1. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina que por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia pode pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação aplicável.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

25.1. Dividendos--Continuação

No dia 19 de dezembro de 2024 foi aprovada pelo Conselho de Administração, a distribuição de R\$23.807 (R\$21.580 líquido do imposto de renda) de juros sobre capital próprio (JCP) relacionado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a ser imputado aos dividendos mínimos do exercício.

Em 31 de janeiro de 2025 a Companhia procedeu com o pagamento dos juros sobre o capital próprio declarados no exercício de 2024 e aprovados pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2024.

25.2. Prejuízo por ação

a) Prejuízo básico por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o período, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação efetuada como segue:

Quantidade ponderada de ações ordinárias - 31/12/25

01/01/2025 a 06/03/2025	07/03/2025 a 31/12/2025		Média ponderada
34.738.976	170.068.983	=	204.807.959

Quantidade ponderada de ações ordinárias - 31/12/24

01/01/2024 a 04/03/2024	05/03/2024 a 31/12/2024		Média ponderada
32.750.211	160.961.636	=	193.711.847

Lucro (prejuízo) básico

Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade

Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)

Lucro (prejuízo) básico por ação ordinária

<u>31/12/25</u>	<u>31/12/24</u>
(161.941)	146
204.808	193.712
(0,79070)	0,00075

b) Prejuízo diluído por ação

O prejuízo diluído por ações da Companhia considera o incremento diluidor nas ações ordinárias em função do plano de opções de ações de 2020. Para o exercício de 2025 e 2024, o prejuízo básico e diluído por ação são equivalentes, uma vez que não houveram impactos que poderiam potencialmente diluir o prejuízo por ação da Companhia.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

25.3. Plano de opção de compra de ações

25.3.1. Plano 2020

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de junho de 2020, foi aprovado o Plano de opção de compra de ações da Companhia ("Plano 2020"). O Plano 2020 estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), nos termos do art. 168, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. São elegíveis ao Plano 2020 os administradores, executivos, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas, e que sejam selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração para receberem opção de compra que atribui ao seu titular o direito à aquisição de Ações, estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano 2020 ("Participantes" e "Opções", respectivamente). O Conselho de Administração indicará, dentre os elegíveis, os Participantes (aqueles aos quais serão oferecidas Opções), bem como aprovará a distribuição das Opções entre os Participantes.

Cada Opção dará direito ao Participante de adquirir 1 (uma) Ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Instrumento Particular de Opção de Compra de Ações. As Opções que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano 2020 deverão conferir direitos sobre um número de Ações que não exceda 7% (sete por cento) da quantidade total de Ações representativas do capital social total da Companhia imediatamente após o IPO da Companhia na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, numa base totalmente diluída e levando em consideração as novas Ações a serem emitidas no exercício das Opções nos termos do Plano. As Ações vinculadas às Opções rescindidas ou canceladas antes de serem plenamente exercidas serão novamente liberadas para a outorga futura de Opções.

O Conselho de Administração definirá, em cada Programa e em relação a cada classe de Opção, o prazo a partir do qual a Opção concedida aos Participantes tornar-se-á potencialmente apta a exercício e o preço de exercício.

Para o exercício das Opções outorgadas, os participantes do Plano 2020 deverão pagar um preço de exercício por Opção, o qual corresponderá ao preço de emissão ou de aquisição da Ação. O preço de exercício é fixado com base (i) no preço da Ação definido na data de precificação da oferta pública inicial de ações ("IPO") da Companhia, para as Opções outorgadas até o 6º (sexto) mês da data em que ocorrer o IPO; ou (ii) na média ponderada de cotação das Ações em um determinado número de pregões anteriores à data de outorga a ser definido pelo Conselho de Administração ("Preço de Exercício").

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

25.3. Plano de opção de compra de ações--Continuação

25.3.1. Plano 2020--Continuação

Caberá ao Conselho de Administração definir em cada Programa e/ou Contrato de Opção se o Preço de Exercício será corrigido por índice de correção e/ou ajustado por proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas. Para todos os programas existentes o preço é corrigido pela inflação e ajustado por proventos distribuídos.

As informações das outorgas do Plano 2020 estão demonstradas conforme segue:

	4º programa	5º programa	6º programa	7º programa
Data da outorga	26/09/23	29/08/24	29/10/24	28/11/25
Total de opções outorgadas (a)	1.359.214	6.191.444	5.198.640	825.000
Preço de exercício	5,40 + IPCA	4,14 + IPCA	3,36 + IPCA	2,13 + IPCA
Volatilidade	46,70%	50,70%	53,20%	57,47%
Taxa de juros livre de risco	DI x pré	DI x pré	DI x pré	DI x pré
Prazo em que se tornarão exercíveis	12 a 48 meses	12 a 48 meses	12 a 48 meses	12 a 48 meses
Opções exercíveis em 31 de dezembro de 2025	686.482	1.566.611	1.313.160	-

(a) Corresponde à quantidade total outorgada ainda não prescrita e não exercida.

O valor justo para os programas é calculado, de acordo com o modelo de precificação "*Black & Scholes*", considerando uma distribuição esperada de dividendos igual a zero. O impacto acumulado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$150 (R\$4.189 em 31 de dezembro de 2024), reconhecido como despesa no resultado do exercício.

As opções outorgadas possuem um período de restrição à negociação de 6 meses contados do exercício para 40% da quantidade exercida.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Receita operacional bruta	2.327.746	2.326.168	3.265.679	3.146.719
Vendas de mercadorias	2.250.300	2.241.853	2.250.300	2.241.853
Prestação de serviços	77.446	84.315	1.015.379	904.866
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(359.345)	(363.801)	(383.922)	(388.579)
(-) Devoluções e abatimentos	(93.155)	(91.685)	(93.345)	(91.810)
	1.875.246	1.870.682	2.788.412	2.666.330

Abaixo encontra-se divulgada a tabela indicando a receita bruta líquida de devolução e abatimentos total obtida por cada uma das atividades de negócio:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Varejo	2.171.179	2.164.676	2.171.179	2.164.676
Serviços financeiros	63.412	69.807	893.187	797.524
Cartões de crédito	-	-	107.968	92.709
Total	2.234.591	2.234.483	3.172.334	3.054.909

27. Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados				
Custo da revenda de mercadorias	1.321.254	1.296.232	1.321.254	1.296.232
Custo da prestação de serviços	19.692	22.747	562.847	441.961
	1.340.946	1.318.979	1.884.101	1.738.193

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Outras receitas operacionais - líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas				
Baixa de ativo imobilizado	(359)	(649)	(359)	(649)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	3.215	3.968	(2.197)	5.658
Custos de estruturação FIDC Verdecard	(3.079)	(3.551)	(3.167)	(3.848)
Despesa plano de opção de compra de ações	(150)	(4.189)	(150)	(4.189)
Perdas com sinistros	285	(1.883)	285	(1.883)
Recuperações de créditos fiscais	-	45.366	-	45.547
Honorários advocatícios recuperação de créditos fiscais	-	(4.592)	-	(4.592)
Apropriação receita diferida	8.800	211	9.311	569
Outras despesas operacionais líquidas	(2.802)	(10.325)	(1.911)	(10.097)
	5.910	24.356	1.812	26.516

Relativo ao tema 1.125, sobre a exclusão do ICMS ST da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme mencionado na nota explicativa 11 (c), a Companhia realizou, no exercício de 2024, o registro contábil complementar da recuperação de crédito fiscal de exercícios anteriores. Esse registro abrange o período de 2013 a 2023, totalizando um montante de principal líquido de custos incorridos de R\$34.193.

29. Despesas por natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza das despesas operacionais reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Custo das mercadorias vendidas	1.321.254	1.296.232	1.321.254	1.296.232
Custo da prestação de serviços	19.692	22.747	562.847	441.961
Despesas com pessoal	516.884	491.722	553.501	527.461
Despesas com serviços de terceiros	59.860	56.618	69.027	65.222
Despesa com locação de lojas, equipamentos e outros	15.385	14.308	19.103	17.287
Despesa com depreciação e amortização	139.313	132.275	143.487	136.266
Créditos fiscais depreciação e amortização	(5.184)	(4.989)	(5.184)	(4.989)
Perdas com créditos	1.841	2.999	9.517	8.344
Compartilhamento de despesas entre empresas do Grupo	(55.735)	(52.685)	-	-
Outras	89.246	64.722	101.690	72.891
Total das despesas	2.102.556	2.023.949	2.775.242	2.560.675
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	1.340.946	1.318.979	1.884.101	1.738.193
Despesas com vendas	606.137	572.065	616.620	581.238
Despesas administrativas e gerais	161.383	157.261	276.333	267.760
Outras receitas operacionais líquidas	(5.910)	(24.356)	(1.812)	(26.516)
Total das despesas	2.102.556	2.023.949	2.775.242	2.560.675

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Receitas financeiras				
Rentabilidade equivalentes de caixa e aplicações financeiras	5.055	6.163	23.655	26.371
Variações monetárias ativas	17.118	21.033	17.296	21.245
Variação monetária com recuperação de créditos fiscais	15.510	18.658	15.549	18.658
Ajuste a valor presente	19.640	14.292	19.640	14.292
Rendimentos cotas FIDC Verdecard	240.365	279.384	-	-
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(13.799)	(14.479)	(4.099)	(2.773)
Outros	4.051	4.006	4.331	4.157
Subtotal	287.940	329.057	76.372	81.950
Despesas financeiras				
Juros s/ empréstimos e mora	(91.964)	(71.796)	(91.979)	(71.823)
Juros passivo de arrendamentos	(48.419)	(45.891)	(48.419)	(45.891)
Variações monetárias passivas	(37.407)	(32.429)	(24.618)	(25.277)
Variação monetária com ex-controladores	(5.650)	(3.501)	(5.650)	(3.501)
Ajuste a valor presente	(50.386)	(38.281)	(50.386)	(38.281)
IOF	(3.056)	(1.507)	(3.099)	(1.567)
Descontos concedidos	(302)	(436)	(6.697)	(2.746)
Outros	(11.931)	(13.395)	(12.502)	(13.751)
Subtotal	(249.115)	(207.236)	(243.350)	(202.837)
Resultado financeiro	38.825	121.821	(166.978)	(120.887)

O resultado financeiro da Companhia é relacionado com a taxa de juros vigente, especificamente com o CDI, uma vez que este indicador afeta diretamente as contas de maior relevância do grupo de contas que compõe o resultado financeiro, tais como rentabilidade de aplicações financeiras, juros sobre empréstimos, juros sobre passivos de arrendamento, e ajuste a valor presente. Os valores registrados em 31 de dezembro de 2025 utilizaram como base o CDI médio do período de 1,12% a.m. (0,86% a.m. em 31 de dezembro de 2024).

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros				
<u>Custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	173.191	257.642	438.289	489.905
Contas a receber de clientes	50.109	98.065	1.561.347	1.327.171
Outros créditos	27.775	23.892	40.654	44.854
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Aplicações financeiras	4.541	-	161.586	163.107
Passivos financeiros				
<u>Passivos financeiros mantidos ao custo amortizado:</u>				
Fornecedores	457.761	451.585	457.761	451.585
Fornecedores - convênio (a)	10.866	19.296	10.866	19.296
Obrigações com conveniadas (b)	-	-	522.078	333.432
Passivos de arrendamento	510.840	526.917	510.840	526.917
Contas a pagar por aquisição de investimento	31	11.642	31	11.642
Outras obrigações	43.994	36.902	43.994	36.902
Empréstimos e financiamentos	582.159	534.522	582.159	534.522
Cotas seniores FIDC Verdecard	-	-	1.002.720	944.352

(a) Fornecedores - convênio tratam-se de saldos a pagar junto a fornecedores pela compra de mercadorias a prazo, obrigações de risco sacado, que optaram por antecipá-los por intermédio de instituições financeiras parceiras da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 18.

(b) Em obrigações com conveniadas estão registrados os valores devidos aos estabelecimentos conveniados, referentes às transações com cartões de crédito VerdeCard.

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota explicativa nº 31.3.

Os valores justos de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos, aplicações financeiras, fornecedores, fornecedores - convênio, obrigações com conveniadas, contas a pagar por aquisição de investimento, passivos de arrendamento, outras obrigações, e cotas seniores FIDC Verdecard são equivalentes aos seus valores contabilizados.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

31.1. Considerações sobre os fatores de riscos que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias

a) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidos com instituições financeiras e a posição de contas a receber de clientes geradas em suas transações comerciais.

(*) *Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras*: a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, os investimentos em instituições financeiras são alvos de análises as quais levam em consideração limites monetários e as avaliações das instituições financeiras.

(*) *Contas a receber*: as políticas de vendas da Companhia buscam minimizar esse risco por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco).

O risco de crédito relativo ao contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito seja ele próprio ou de terceiros. Nas transações com cartão de crédito próprio, a Companhia transfere os recebíveis em atraso de forma definitiva e sem direito de regresso para a instituição financeira parceira do cartão, proporcionando por esse motivo o desconhecimento desse contas a receber. Nas transações envolvendo cartões de crédito terceiros, o risco de crédito pertence à instituição emissora do cartão do cliente.

A Companhia possui perda estimada por créditos de liquidação duvidosa de financiamento próprio, no montante de R\$218.605 (R\$176.059 em 31 de dezembro de 2024), conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

b) Risco de mercado - taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de curto e longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, principalmente o CDI.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

31.1. Considerações sobre os fatores de riscos que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias--Continuação

c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia eventualmente realiza algumas transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições a variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas, por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

O risco cambial é decorrente de operações comerciais futuras e atuais, e/ou operações de captação de capital de giro em dólar norte-americano e euro.

Em 31 de dezembro de 2025 existiam operações de derivativos contratados para proteção cambial conforme descrito na nota explicativa nº 19.

d) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar a manutenção de uma classificação de crédito forte e uma razão de capital em montante suficiente para dar apoio aos negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	173.191	257.642	438.289	489.905
Aplicações financeiras	4.541	-	161.586	163.107
Empréstimos e financiamentos	(582.159)	(534.522)	(582.159)	(534.522)

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

31.1. Considerações sobre os fatores de riscos que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias--Continuação

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Administração acompanha periodicamente a projeção de fluxo de caixa da Companhia e realiza gestão de risco de liquidez, gerenciando as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Portanto, a Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

31 de dezembro de 2025	Controladora					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 anos ou mais
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	582.159	589.289	98.237	212.161	134.785	144.106
Fornecedores	457.761	457.761	457.761	-	-	-
Fornecedores - convênio	10.866	10.866	10.866	-	-	-
Passivos de arrendamento	510.840	728.851	127.927	115.804	101.731	383.389
Contas a pagar por aquisição de investimento	31	31	-	-	-	31
31 de dezembro de 2025	Consolidado					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 anos ou mais
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	582.159	589.289	98.237	212.161	134.785	144.106
Financiamentos cotas seniores FIDC						
Verdecard	1.002.720	1.006.621	316.793	244.663	233.874	211.291
Obrigações com conveniadas	522.078	522.078	522.078	-	-	-
Fornecedores	457.761	457.761	457.761	-	-	-
Fornecedores - convênio	10.866	10.866	10.866	-	-	-
Passivos de arrendamento	510.840	728.851	127.927	115.804	101.731	383.389
Contas a pagar por aquisição de investimento	31	31	-	-	-	31

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

31.2. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 31.1.b.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente.
- Apresentação do impacto do cenário definido no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

31.2.1. Análise de sensibilidade da taxa de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia.

Um aumento ou uma redução de 358 pontos base é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 25% mais altas/baixas, equivalente a uma variação de 358 pontos base, e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o prejuízo do exercício de 2025 aumentaria/diminuiria em R\$22.068. Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia a taxas de juros pós-fixadas vinculadas a obrigações.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

31.3. Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo de amortização, cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme CPC 46 e a IFRS 13, os quais referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações.

Os valores justos de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos, aplicações financeiras, fornecedores, fornecedores - convênio, obrigações com conveniadas, contas a pagar por aquisição de investimento, passivos de arrendamento, partes relacionadas - passivo, e cotas seniores FIDC Verdecard são equivalentes aos seus valores contabilizados.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuros e descontados a valor presente considerando taxas de mercado atuais para cada operação.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos de ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

Controladora					
		31/12/25		31/12/24	
	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras CDB	2	4.541	4.541	-	-
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	2	582.159	598.768	534.522	537.984

Consolidado					
		31/12/25		31/12/24	
	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras LFT	1	157.045	157.045	163.107	163.107
Aplicações financeiras CDB	2	4.541	4.541	-	-
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	2	582.159	598.768	534.522	537.984

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Arrendamentos

A tabela abaixo evidencia as taxas de desconto utilizadas para o desconto a valor presente dos fluxos de pagamentos dos aluguéis, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto média Controladora e Consolidado	
Prazos Contratos	Taxas % a.a.
1 a 5 anos	11,62%
5 a 10 anos	10,49%
> 10 anos	9,32%

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

Passivo de Arrendamento	Controladora e Consolidado		
	Direito de Uso - Aluguéis de imóveis	Máquinas e Equipamentos	Consolidado
Saldo em 31/12/23	519.484	3.547	523.031
Adições	44.734	909	45.643
Remensurações/Baixas	33.754	-	33.754
Contraprestações pagas	(120.233)	(1.169)	(121.402)
Juros do exercício	45.808	83	45.891
Saldo em 31/12/24	523.547	3.370	526.917
Saldo em 31/12/24	523.547	3.370	526.917
Adições	37.452	-	37.452
Remensurações/Baixas	28.110	-	28.110
Contraprestações pagas	(128.775)	(1.284)	(130.059)
Juros do exercício	48.327	93	48.420
Saldo em 31/12/25	508.661	2.179	510.840

O quadro abaixo apresenta a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com o saldo contábil do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Maturidade dos Contratos	Controladora e Consolidado		
	31/12/24		
	Direito de Uso - Aluguéis de imóveis	Máquinas e Equipamentos	Consolidado
Vencimentos das prestações (R\$ Mil)			
< 1 ano	122.954	1.284	124.238
1 a 5 anos	386.490	2.355	388.845
5 a 10 anos	176.978	-	176.978
> 10 anos	74.340	-	74.340
Valores não descontados	760.762	3.639	764.401
Juros embutidos	(237.215)	(269)	(237.484)
Saldo em 31/12/2024	523.547	3.370	526.917

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Arrendamentos--Continuação

Maturidade dos Contratos	Controladora e Consolidado		
	31/12/25		
	Direito de Uso - Aluguéis de imóveis	Máquinas e Equipamentos	Consolidado
Vencimentos das prestações (R\$ Mil)			
< 1 ano	128.896	1.284	130.180
1 a 5 anos	382.018	1.072	383.090
5 a 10 anos	166.402	-	166.402
> 10 anos	64.255	-	64.255
Valores não descontados	741.571	2.356	743.927
Juros embutidos	(232.910)	(177)	(233.087)
Saldo em 31/12/2025	508.661	2.179	510.840

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe do ativo:

Ativo de Arrendamento	Controladora e Consolidado		
	Direito de Uso - Aluguéis de imóveis	Máquinas e Equipamentos	Consolidado
Saldo em 31/12/23	464.348	6.063	470.411
Adições	44.735	909	45.644
Remensurações	31.297	-	31.297
(-) Baixas	(6.236)	-	(6.236)
Depreciação	(74.500)	(995)	(75.495)
Saldo em 31/12/24	459.644	5.977	465.621
Saldo em 31/12/24	459.644	5.977	465.621
Adições	37.452	-	37.452
Remensurações	25.385	-	25.385
(-) Baixas	(10.128)	-	(10.128)
Depreciação	(75.588)	(1.041)	(76.629)
Saldo em 31/12/25	436.765	4.936	441.701

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Arrendamentos--Continuação

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de Caixa	Controladora e Consolidado			
	31/12/25		31/12/24	
	Total de Obrigações	Ajustado a Valor Presente	Total de Obrigações	Ajustado a Valor Presente
Contraprestações do arrendamento	743.927	510.840	764.401	526.917
Contraprestações direito de uso	741.571	508.661	760.762	523.547
Contraprestações máquinas e equipamentos	2.356	2.179	3.639	3.370
Potencial de Créditos Fiscais	(48.729)	(33.461)	(50.897)	(35.084)

Controladora e Consolidado					
31/12/25			31/12/24		
Direito de Uso - Aluguéis de imóveis	Máquinas e Equipamentos	Consolidado	Direito de Uso - Aluguéis de imóveis	Máquinas e Equipamentos	Consolidado
Contraprestações pagas	(128.775)	(1.284)	(130.059)	(120.233)	(1.169)
Contraprestações pagas líquidas	(120.865)	(1.284)	(122.149)	(112.788)	(1.169)
PIS e COFINS pagos	(7.910)	-	(7.910)	(7.445)	-
Créditos fiscais ativo direito de uso	(5.184)	-	(5.184)	(4.989)	-
Créditos fiscais passivo de arrendamento	(2.726)	-	(2.726)	(2.456)	-

Impactos provocados pela plena aplicação do CPC06 (R2)

A Companhia em plena conformidade com o IFRS16 / CPC06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa real descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, (conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)), ao mesmo tempo que o valor presente foi obtido através da aplicação de uma taxa de juros nominal, ou seja, que inclui componente inflacionário futuro. Portanto, embora a metodologia contábil utilizada esteja em linha com a regra disposta no IFRS 16/ CPC 06 (R2), ela gera diferenças na informação devido ao descasamento entre fluxo de caixa e valor presente, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Arrendamentos--Continuação

A tabela a seguir detalha as diferenças entre saldos de ativo, saldos de passivo, valores de depreciação, e juros, ano a ano, entre a metodologia sugerida no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 e a adoção escolhida pela Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16/ CPC06 (R2). A tabela evidencia que ao final dos contratos de arrendamento ambas as formas de adoção apresentam efeito nulo no Patrimônio Líquido da Companhia.

<i>(Em milhares de Reais)</i>	Ano 0	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20	Ano 21	Ano 22	Ano 23	Ano 24	Ano 25	Ano 26
Passivo de Arrendamento																											
IFRS 16 / CPC 06																											
(R2)	152.096	204.842	306.123	452.570	528.805	519.484	523.547	508.661	426.469	350.072	280.531	218.144	167.004	125.899	96.543	75.318	60.580	50.765	42.094	33.073	23.314	11.526	3.577	513	126	-	-
Nota Explicativa	174.324	247.524	353.187	557.650	685.559	741.688	825.918	851.615	765.421	666.169	569.267	465.440	354.821	280.383	225.048	166.117	127.893	108.631	90.004	74.837	55.310	33.015	8.688	1.135	285	-	-
% BP sobre nota explicativa	(12,75%)	(17,24%)	(13,33%)	(18,84%)	(22,87%)	(29,96%)	(36,61%)	(40,27%)	(44,28%)	(47,45%)	(50,72%)	(53,13%)	(52,93%)	(55,10%)	(57,10%)	(54,66%)	(52,63%)	(53,27%)	(53,23%)	(55,81%)	(57,85%)	(65,09%)	(58,83%)	(54,84%)	(55,61%)	-	-
Ativo de Arrendamento																											
IFRS 16 / CPC 06																											
(R2)	141.478	191.096	286.170	421.925	485.960	464.348	459.644	436.764	349.848	275.742	211.747	157.463	115.481	83.776	61.816	46.287	35.862	28.804	22.814	17.044	11.314	5.612	1.657	219	53	-	-
Nota Explicativa	158.159	222.621	318.847	497.863	568.742	604.210	642.013	615.823	496.901	390.704	298.582	220.353	160.809	116.536	85.310	62.836	48.247	38.559	30.493	22.737	15.055	7.426	2.200	314	76	-	-
% BP sobre nota explicativa	(10,55%)	(14,16%)	(10,25%)	(15,25%)	(14,56%)	(23,15%)	(28,41%)	(29,08%)	(29,59%)	(29,42%)	(29,08%)	(28,54%)	(28,19%)	(28,11%)	(27,54%)	(26,34%)	(25,67%)	(25,30%)	(25,18%)	(25,04%)	(24,85%)	(24,43%)	(24,68%)	(30,31%)	(30,38%)	-	-
Despesa Financeira																											
IFRS 16 / CPC 06																											
(R2)		(14.762)	(19.086)	(30.426)	(41.452)	(45.048)	(45.806)	(48.326)	(49.500)	(41.568)	(34.166)	(27.378)	(21.299)	(16.160)	(11.950)	(9.018)	(6.926)	(5.597)	(4.752)	(3.985)	(3.170)	(2.290)	(1.193)	(304)	(63)	(11)	-
Nota Explicativa		(16.981)	(25.266)	(40.139)	(57.804)	(66.507)	(71.686)	(86.894)	(85.891)	(77.159)	(67.172)	(57.488)	(46.058)	(35.667)	(28.207)	(22.186)	(14.999)	(12.210)	(10.370)	(9.042)	(7.611)	(6.024)	(3.636)	(779)	(152)	(29)	-
% BP sobre nota explicativa		(13,07%)	(24,46%)	(24,20%)	(28,29%)	(32,27%)	(36,10%)	(44,39%)	(42,37%)	(46,13%)	(49,14%)	(52,38%)	(53,76%)	(54,69%)	(57,63%)	(59,35%)	(53,83%)	(54,16%)	(54,18%)	(55,92%)	(58,35%)	(61,98%)	(67,21%)	(61,02%)	(58,34%)	(63,25%)	-
Despesa de Depreciação																											
IFRS 16 / CPC 06																											
(R2)	(35.197)	(43.674)	(55.419)	(68.363)	(75.486)	(75.747)	(80.532)	(78.551)	(69.574)	(60.045)	(50.888)	(39.359)	(29.687)	(20.523)	(14.508)	(9.702)	(6.493)	(5.457)	(5.242)	(5.203)	(5.175)	(3.589)	(1.305)	(150)	(50)	-	-
Nota Explicativa	(36.764)	(44.119)	(60.177)	(72.854)	(87.784)	(97.331)	(107.638)	(112.007)	(99.980)	(86.749)	(73.638)	(56.122)	(41.729)	(29.430)	(21.188)	(13.711)	(8.995)	(7.354)	(7.050)	(6.976)	(6.924)	(4.743)	(1.712)	(215)	(71)	-	-
% BP sobre nota explicativa	(4,26%)	(1,01%)	(7,91%)	(6,16%)	(14,01%)	(22,18%)	(25,18%)	(29,87%)	(30,41%)	(30,78%)	(30,89%)	(29,87%)	(28,86%)	(30,26%)	(31,53%)	(29,24%)	(27,82%)	(25,79%)	(25,64%)	(25,42%)	(25,26%)	(24,32%)	(23,75%)	(30,28%)	(30,46%)	-	-

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Os valores de coberturas de suas apólices vigentes em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

	<u>31/12/25</u>
Patrimonial	226.590
Responsabilidade Civil de diretores e administradores	60.000
Veículos	<u>7.189</u>
Cobertura total	<u>293.779</u>

34. Informações adicionais aos fluxos de caixa

A Administração da Companhia define como “caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor.

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos que compõem esta conta estão representados conforme nota explicativa nº 6.

A Administração da Companhia classificou os juros pagos sobre financiamentos, arrendamentos e mútuo como fluxos de caixa de financiamento porque tratam-se de custos de obtenção de recursos financeiros.

Lojas Quero-Quero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

34. Informações adicionais aos fluxos de caixa--Continuação

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Aquisição de imobilizado	1.145	(1.776)	1.145	(1.776)
Adições ao intangível	494	(88)	494	(88)
Ativo direitos de uso	(62.837)	(76.941)	(62.837)	(76.941)
Passivo de arrendamentos	62.837	76.941	62.837	76.941
Outros resultados abrangentes Hedge fluxo de caixa	732	(106)	732	(106)
Outros resultados abrangentes Imposto diferido Hedge fluxo de caixa	(249)	36	(249)	36
Complemento perda esperada créditos liquidação duvidosa - adoção inicial resolução CMN 4.966/21	-	-	(4.324)	-
Imposto diferido complemento perda esperada créditos liquidação duvidosa - adoção inicial resolução CMN 4.966/21	-	-	1.730	-
Investimentos - ajuste adoção inicial resolução CMN 4.966/21	(2.594)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	23.807	-	23.807
IRRF Juros sobre capital próprio a pagar	-	2.227	-	2.227
Dividendos a receber	-	2.464	-	2.464

Comentários sobre o Comportamento das Projeções Empresariais Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2025

Nesta seção, conforme Resolução CVM nº 80/22, confrontamos a projeção de aberturas de lojas da Companhia com os dados evolutivos de abertura de lojas efetivamente realizadas a cada trimestre, até o encerramento do exercício atual.

DATA DA DIVULGAÇÃO	ANO	PROJEÇÃO ATUAL	REALIZADO ACUMULADO
27/02/2025	2025	20 a 30 lojas	21 lojas

Embora que as estimativas e declarações futuras divulgadas ao mercado encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições fora do controle da Companhia e são feitas com base nas informações de que a Companhia dispõe.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Lojas Quero-Quero S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lojas Quero - Quero S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de Receita

Conforme divulgado na nota explicativa nº 26 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, uma parte substancial das receitas da Companhia está relacionada às atividades de negócio de varejo, serviços financeiros e cartões de crédito. As receitas de varejo correspondem às vendas de mercadorias nas lojas e são compostas por um grande volume de transações descentralizadas e de pequeno valor, que são reconhecidas no momento da entrega das mercadorias ao cliente. As receitas de serviços financeiros são originadas da venda de produtos financeiros de empresas parceiras, nas quais a Companhia recebe comissões. Já as receitas de cartões de crédito são compostas pela taxa de administração cobrada das empresas conveniadas, com base nos valores transacionados com os cartões de crédito, e pela receita de anuidade cobrada dos usuários do cartão de crédito. A receita de serviços financeiros e de cartões de créditos é reconhecida manualmente pelo

departamento contábil no encerramento do mês. Devido ao alto grau de informatização do processo de reconhecimento de receita de varejo, ao grande volume de itens faturados, à relevância dos controles associados ao processo de faturamento e mensuração das receitas de serviços financeiros e de cartões de crédito, bem como à representatividade dessas receitas no conjunto das demonstrações financeiras, consideramos essa área relevante para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento do processo de vendas na Controladora e controladas, incluindo o momento de reconhecimento das receitas e dos respectivos contas a receber; (b) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecida pela Companhia, de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia; (c) conciliação dos saldos de receita bruta com os relatórios auxiliares de faturamento; (d) análise de operações de vendas que ocorreram antes ou depois do encerramento do exercício, de modo a garantir que a receita tenha sido reconhecida na competência adequada; (e) avaliação dos lançamentos manuais efetuados diretamente no sistema contábil; (f) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme divulgado na nota explicativa nº 12, a Companhia e suas controladas possuem ativo fiscal diferido nos montantes de R\$204.058 mil e R\$212.403 mil (R\$204.084 mil e R\$208.741 mil em 31 de dezembro de 2024) na controladora e no consolidado respectivamente, reconhecidos sobre prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias dedutíveis. A análise da realização do ativo fiscal diferido é significativa para nossa auditoria em função da magnitude dos montantes registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e também pela complexidade e subjetividade envolvidas no processo de preparação e revisão das projeções de resultados futuros que suportam a realização do ativo fiscal diferido. Estas projeções são elaboradas com base em premissas que são afetadas por expectativas futuras em relação as condições econômicas e de mercado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria consistiram, entre outros: (a) revisão das projeções de resultados futuros com base no plano de negócios preparado pela Administração, incluindo a avaliação das principais premissas e da metodologia utilizada; (b) revisão das bases de cálculo do ativo fiscal diferido; (c) análise das divulgações realizadas na nota explicativa 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Estes procedimentos foram realizados com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo fiscal diferido, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na elaboração das projeções que suportam a análise de realização do ativo fiscal diferido, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 03 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Arthur Ramos Arruda
Contador CRC-RS096102/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Ilmos. Srs.

Membros do Conselho de Administração da Lojas Quero-Quero S.A.
Cachoeirinha - RS

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia") e suas controladas é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, implantado conforme regulamentação e legislação brasileira vigentes e funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao CAE assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (*compliance*); (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna; (iv) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o CAE desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) entrevistas com a Administração e com gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos; e (vi) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implantação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente, a cargo da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), é responsável por examinar as demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir relatório de auditoria sobre a adequada apresentação dessas demonstrações financeiras.

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Companhia.

O CAE atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O CAE mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O CAE avaliou o plano de trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração. O CAE acompanhou os trabalhos realizados e seus resultados, e tomou conhecimento do

Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O CAE também avalia, rotineiramente, a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.

O CAE avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O CAE manteve reuniões regulares com o Conselho de Administração e com a Diretoria da Companhia e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O CAE não tomou ciência da ocorrência de denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade operacional da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O CAE, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, procedeu à análise das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lojas Quero-Quero S.A.. correspondentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório da EY, emitido sem ressalvas, e do relatório anual da Administração, entende que a governança contábil e o ambiente de controles internos e de gestão de riscos conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras da Companhia e opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração, recomendando que esse Colegiado aprove e autorize a emissão e publicação das referidas demonstrações financeiras.

Cachoeirinha, 3 de março de 2026.

CARLOS ELDER MACIEL DE AQUINO
Membro Coordenador do CAE

FLÁVIO BENÍCIO JANSEN FERREIRA
Membro do CAE e do Conselho de
Administração

GUILHERME YUITI MIAZAQUI
Membro do CAE e do Conselho de
Administração

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Declaram, nos termos do artigo 29, §1º, inciso II, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, em conjunto: reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Cachoeirinha, 03 de março de 2026.

PETER TAKAHARU FURUKAWA

Diretor Presidente

JEAN PABLO DE MELLO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

LUCIANO MATZENBACHER SCOTTA

Diretor sem designação específica

DANIEL JOSÉ ARTUS

Diretor sem designação específica

MIRSON JOSE ENGELMANN

Diretor sem designação específica

CRISTIANE RHODEN

Diretora sem designação específica

LUIZ FELIPE NUNES BARBOSA

Diretor sem designação específica

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Declaram, nos termos do artigo 29, §1º, inciso II, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, em conjunto: reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Cachoeirinha, 03 de março de 2026.

PETER TAKAHARU FURUKAWA

Diretor Presidente

JEAN PABLO DE MELLO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

LUCIANO MATZENBACHER SCOTTA

Diretor sem designação específica

DANIEL JOSÉ ARTUS

Diretor sem designação específica

MIRSON JOSE ENGELMANN

Diretor sem designação específica

CRISTIANE RHODEN

Diretora sem designação específica

LUIZ FELIPE NUNES BARBOSA

Diretor sem designação específica